

Álvaro Cunhal na Brandoa

## Independência nacional exige urgente demissão do Governo



Milhares de pessoas encheram o pavilhão da Brandoa numa inesquecível jornada de solidariedade e internacionalismo

Uma detalhada análise da política de independência nacional exigida pelo Portugal de Abril, foi um dos temas dominantes do discurso do secretário-geral do PCP no Comício de Amizade PCP-PSUA, realizado na Brandoa. Do que foi a visita dos camaradas da RDA ao nosso país damos também conta neste número, incluindo, no **Suplemento**, uma entrevista com o camarada Werner Felfe.

Págs. 3/4/5



Trabalhadores do Porto dizem: não queremos este Governo, não queremos esta política!

## POVO DO PORTO MANIFESTA-SE NAS RUAS

A oposição popular a este Governo e a esta política não deixa de crescer, por mais que os altifalantes oficiais (televisão, rádio, jornais) o procurem esconder. Magnífica prova disso foi a entusiástica manifestação de sábado passado no Porto, que mobilizou muitos milhares de trabalhadores numa exigência comum: a demissão do Governo.

Pág. 7



### Assembleias das Organizações

*Sucedem-se por todo o País as assembleias do PCP, mostrando o elevado grau de militância, a vitalidade das organizações, a solidez da sua ligação com as massas e o aprofundamento da democracia interna do Partido.*

• Melhorar o trabalho, reforçar o Partido, ligar ainda mais as organizações às realidades e aos problemas concretos do dia-a-dia das populações e das massas trabalhadoras — a «mensagem» das Assembleias Concelhias do Barreiro e de Évora, que decorreram no passado fim-de-semana.

• No próximo sábado vão realizar-se a Assembleia da Organização Regional de Santarém e a Assembleia da Organização Concelhia de Caldas da Rainha. O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, estará em Alpiarça para participar nos trabalhos da 1.ª Assembleia da ORSA, e intervirá na sessão pública de encerramento marcada para as 19 horas.

• Prossegue a intensa actividade preparatória das Assembleias Regionais do Porto, Algarve e Minho (Dezembro).

### Campanha do Vitória

• Ultrapassados os 25 mil contos.

### Autarquias

• Encontro de quadros sobre o Poder Local e a Cultura, Desporto e Juventude.

## LUTA NOS CAMPOS

Enquanto a Jornada Nacional de Reclamação e Protesto mobiliza em todo o País os pequenos e médios agricultores e rendeiros, nas terras da Reforma Agrária os assalariados agrícolas opõem-se com firmeza à nova ofensiva de ilegalidades desencadeada pelo Governo.

Pág. 7

## Suplemento

### Escândalo na RTP

Os números  
e os gráficos  
da vergonha

Pág. 5



### NICARÁGUA • Entrevista com Aurélio Santos A Revolução está em boas mãos

**Governo afunda-se  
com corrupção ao colo**

**JCP 2.º Congresso da JCP: um novo caminho**

## UNIVERSIDADE FEZ GREVE

Na sequência do vasto descontentamento estudantil face às irregularidades de gestão nos Serviços Sociais, à política de aumentos sucessivos nos preços das refeições servidas nas cantinas e, ao fim e ao cabo, o pior — à má-fé negociada do ministro da Educação do Governo PS/PSD, realizou-se anteontem uma greve nacional na Universidade, considerada já como uma das mais participadas, combativas e poderosas afirmações de unidade e luta dos estudantes universitários. A adesão à greve atingiu, no conjunto das Academias, praticamente os 100 por cento.

Esta forma de luta, que teve, sem dúvida, grande impacto na opinião pública e demonstrações de viva solidariedade por parte de muitos professores, também eles alvo da política desastrosa do Ministério, concretizou uma decisão tomada no re-

cente Encontro Nacional de Direcções Associativas (ENDA), que reuniu em Coimbra 40 Associações de Estudantes.

Alguns exemplos da forte adesão à greve de anteontem: Lisboa — 95%; Porto — 97%; Coimbra — 100%. Também na ordem dos 100% — Universidades de Vila Real, Minho, Algarve e Açores (P. Delgada e Angra). Na casa dos 90% — Aveiro.

A greve de terça-feira, dia em que o «Diário da República» publicou os novos aumentos nas cantinas, confirmou uma vez mais que os estudantes universitários e as suas estruturas associativas continuam firmes na luta contra esses aumentos e contra a corrupção nos Serviços Sociais. Os estudantes exigem ainda a abertura de um novo período de candidaturas para as bolsas a conceder pelos Sociais no ano lectivo de 84/85.

## Salários em atraso com este Governo vão continuar

Pág. 6



PCP

# A visita da delegação do PSUA

Extraordinárias manifestações de carinho e solidariedade recíproca, expressão de uma sólida e fraterna amizade, rodearam os membros da delegação da República Democrática Alemã, chefiada pelo camarada Werner Felte, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PSUA, que durante cinco dias esteve no nosso país a convite do Comité Central do PCP.

Um intenso e vasto programa, que a levou sucessivamente às regiões de Coimbra e Santarém culminando no concelho da Amadora com um comício de amizade, permitiu à delegação tomar contacto com a realidade portuguesa, designadamente com as aspirações e a luta do nosso povo e dos trabalhadores em defesa do regime democrático e das conquistas do 25 de Abril.

Sempre acolhidos com calorosas recepções — a natural hospitalidade e satisfação de quem recebe os amigos em casa — a delegação da RDA teve também oportunidade, por seu turno, de dar a conhecer um pouco das realizações históricas, dos êxitos e progressos alcançados pelo povo da Alemanha Democrática nestes anos de construção do socialismo.

Estes, sem dúvida, os traços dominantes de uma visita que começou no dia 12 de Novembro e que levou no dia seguinte os camaradas à região de Coimbra onde foram recebidos por uma delegação do Partido constituída por Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC do PCP e Vasco Paiva, do CC.

Na sequência do encontro efectuou-se uma visita à biblioteca Joantina, magnífico edifício cujo recheio é composto por 30 mil livros, dos quais três mil são manuscritos. Erguido em 1924, na sua cave encontram-se mais cerca de 200 mil livros, número a que se devem juntar mais um milhão e quinhentos mil livros situados na biblioteca nova.

A tarde deste primeiro dia da região de Mondego foi preenchida com uma visita à estação arqueológica de Conimbriga, tendo a delegação sido acompanhada pela sua directora, Alidia Alarcão, que prestou minuciosos esclarecimentos relativos a esta importante povoação de origem pré-romana, situada no concelho de Condeixa-a-Nova.

A delegação visitou depois a «Estrela de Conimbriga», uma cooperativa de cerâmica formada pelos seus trabalhadores em 1975/1976, após o patrão ter abandonado a fábrica a seguir ao 25 de Abril. Neste momento com 105 trabalhadores, a cooperativa produz cerâmica artística pintada à mão (os principais motivos são dos séculos XVII e XVIII) produção essa que na sua maior parte é canalizada para a exportação.

O primeiro contacto com os camponeses surgiu no decorrer de uma visita a uma ordenha

grande maioria dos homens do campo.

Tal como noutras regiões também aqui se verifica um atraso de quase três meses no pagamento do leite, situação esta que leva a que os produtores se vejam obrigados a empobrecer a alimentação do gado. Como nos dizia na altura Joaquim Ribeiro, reformado, possuidor de uma vaca, esta situação provoca grandes dores de cabeça, já que «preciso de dinheiro para comprar farinha para o animal e ele não vem». «Como é que lhe dou comida? Vou roubar?», interrogou-se nos.

Antes de um jantar no lugar de Sobreiro, concelho de Condeixa, iniciativa que reuniu militantes e simpatizantes comunistas em animado convívio, a delegação visitou uma exposição patente no Clube de Condeixa. Guiados por Miguel Pessoa, um dos principais animadores da secção cultural daquela colectividade a quem coube a iniciativa desta realização, a delegação apreciou as cerca de 120 peças expostas, conjunto que retrata o trabalho, a vida, a arte, os costumes, em suma, o rico património do concelho.

No dia seguinte, na Ereira, concelho de Montemor-o-Velho, a delegação foi recebida por um grupo de agricultores, de quem ouviu algumas informações sobre as obras do rio

Mondego e a luta e organização dos agricultores do Baixo Mondego.

Região onde a cultura predominante é o arroz (ocupa oito mil hectares numa área total de cerca de 15 mil) foi natural que tenham sido os problemas ligados a esta cultura que tenham estado no centro das várias intervenções produzidas. Através de Mário Galvão, produtor de arroz, foi recordado o corte de estrada efectuado em 1982 (o maior de sempre com dois dias e uma noite) que obrigou o primeiro-ministro de então a ir ao local negociar, luta a partir da qual foi possível, pela primeira vez, obter a fixação de preços de garantia e de escoamento para o arroz.

Outras questões como a água (falou-se dos planos oficiais que pretendem desviar esse precioso líquido para a indústria em detrimento da agricultura), a defesa da produção do arroz (tentativas de impor outras culturas sem levar em

conta os interesses dos agricultores), o escoamento dos produtos e os aumentos constantes dos factores de produção, mereceram também uma atenção particular da parte dos agricultores presentes.

Com os seus 145 trabalhadores, a Foznave, estaleiros navais da Figueira da Foz, constituíu depois o contacto com a classe operária daquele distrito. Após serem recebidos pela administração do estaleiro, os camaradas da RDA percorreram as suas instalações, que se vieram, a par do comício final, talvez os momentos mais emocionantes da visita.

Recebidos pelos representantes dos Organismos Representativos dos Trabalhadores

Já no distrito de Lisboa, na véspera da sua partida, a delegação visitou a Câmara Municipal da Amadora onde foi recebida pelos vereadores da APU, pelo presidente da Câmara e pelo presidente da Assembleia Municipal de quem receberam uma detalhada informação sobre a vida deste município, o primeiro criado depois do 25 de Abril.

Mas seria na visita a Sorefame, a maior empresa metalomecânica do País, no contacto directo com a classe operária, que se vieram, a par do comício final, talvez os momentos mais emocionantes da visita.

Recebidos pelos representantes dos Organismos Representativos dos Trabalhadores

Mudando de distrito, recebida com um redobrado entusiasmo, a delegação contactou depois com uma outra realidade. Estava-se em terras da Reforma Agrária no distrito de Santarém, onde os trabalhadores administram democraticamente as suas unidades de produção.

Antes de chegar às terras da Cooperativa Agrícola Mouchão do Inglês, momento alto da passagem pela região, ainda houve tempo para uma breve ida à Câmara Municipal de Alpiarça onde foi recebida pelo seu presidente, camarada Armando Pinhão.

Nas instalações sociais da cooperativa, onde aguardavam vários membros da direc-

ção, a delegação tomou conhecimento do tremendo esforço de produção levado a cabo pelos trabalhadores da Mouchão e da sua luta em defesa dos postos de trabalho e da Reforma Agrária.

Ficou-se a saber que nos 367 hectares que constituem a herdade trabalham actualmente 45 trabalhadores permanentes chegando a 279 nas épocas de campanha, números estes que são bem diferentes dos registados antes do 25 de Abril, altura em que aquelas terras ocupavam apenas 13 trabalhadores.

No entanto, não é apenas no número de postos de trabalho que se verifica a superioridade da Reforma Agrária. Outros há igualmente esclarecedores. Como foi dito, enquanto em 1974 aquela herdade dava 3500 contos de prejuízo ao Estado, em 1983, com a administração dos trabalhadores, verificou-se um saldo de 56 mil contos.

Uma gestão exemplar que deveria merecer apoio e carinho em vez de repressão e violência. Mas adiante. Visitadas as terras da Mouchão do Inglês ainda houve tempo de dar um pulo às instalações onde se encontra armazenada uma parte do vinho produzido na Cooperativa Alfredo Lima. Ocupadas as terras em 1975 devido à sabotagem dos agrários a Cooperativa produz anualmente muito para cima de um milhão de litros de vinho, uma parte do qual está a ser exportada para a Dinamarca.

Em Conimbriga

Na biblioteca Joantina, na Universidade de Coimbra

No exame das questões internacionais, os representantes do PCP e do PSUA concordaram em que a preservação da paz e o afastamento do perigo de um holocausto nuclear constituíam a tarefa central dos nossos dias. De acordo com a situação dos respectivos países, ambos os partidos actuam invariavelmente no sentido de fazer fracassar a política da corrida aos armamentos e de confrontação prosseguida pelos círculos mais agressivos dos EUA e da NATO, bem como as aspirações imperialistas à supremacia militar e à hegemonia mundial.

Com a instalação dos novos mísseis nucleares de primeiro golpe dos EUA na Europa Ocidental a situação internacional agravou-se significativamente e aumentou o perigo de guerra nuclear. O PSUA e o PCP exigem que seja posto imediatamente termo ao estacionamento destas armas de extermínio massivo e sejam desmantelados os Pershing II e os mísseis Cruzeiro já instalados. Ambas as partes reafirmaram o ponto de vista de que o equilíbrio militar-estratégico é condição decisiva para preservar a paz e conter o aventureirismo imperialista.

O PSUA e o PCP estão plenamente convencidos que através dos esforços comuns e cada vez mais estreitos de todas as forças amantes da paz será possível o desanuviamento da situação internacional.

Os dois partidos sublinharam a grande importância das propostas e iniciativas de paz da URSS e da comunidade socialista assim como do vasto movimento popular pela paz que se desenvolve na Europa e no

mondo, que convergem no objectivo comum da paz e do desarmamento.

Ambas as delegações condenaram as actividades das forças revanchistas, sobretudo na RFA, que preconizam a revisão das fronteiras europeias do após-guerra e se orientam contra a soberania da RDA.

Nas últimas décadas produziram-se no mundo profundas transformações revolucionárias, de que os países socialistas constituem expressão mais importante e progressista. As duas delegações expressaram a sua inteira confiança em que é possível derrotar os propósitos agressivos do imperialismo e assegurar o prosseguimento vitorioso do processo de emancipação nacional e social. Para tanto consideram de decisiva importância o reforço da unidade do movimento comunista internacional assim como o fortalecimento da cooperação e solidariedade recíproca das forças anti-imperialistas e progressistas de todo o mundo.

O PCP e o PSUA sublinharam que a solidariedade para com os países socialistas e outras revoluções triunfantes é particularmente necessária, independente da apreciação sobre o seu processo de desenvolvimento.

As duas delegações expressaram a sua activa solidariedade aos trabalhadores e povos em luta contra o imperialismo, o fascismo, o colonialismo e o neocolonialismo, o racismo.

Ambas as delegações condenaram firmemente a política imperialista de ingerência e intervenção na América Latina, na África Austral e no Próximo Oriente.

O PSUA e o PCP condenam a guerra não declarada dos EUA contra a Nicarágua e outros povos da América Central. Felicitam a FSLN e o povo trabalhador nicaraguense pela vitória impressionante alcançada com as primeiras eleições livres do seu país. Consideram necessário uma solução política dos problemas existentes na região, sem intervenção exterior, com base nas propostas da Nicarágua, da FMLN de El Salvador e do Grupo de Contadora.

Os dois partidos estão firmemente a favor da paz e do desarmamento. Apoiam todos os passos tendentes a reprimir o perigo de uma catástrofe nuclear. Prorrogar os acordos mais recentes do mais alto representante da União Soviética, camarada Konstantin Tchernenko, as quais apoiamos plenamente. Ao mesmo tempo, afirmamos com toda a serenidade: Nunca admitiremos que o imperialismo alcance a supremacia militar. O equilíbrio militar-estratégico é uma conquista histórica do socialismo, e será a condição prévia decisiva para a paz e para o refreamento dos aventureiros imperialistas.

Todos devem saber que o socialismo não permite que o sujeito a chantagens ou intimidações!

Situado na linha divisória entre o Tratado de Varsóvia e a NATO, o nosso país assume particular responsabilidade na paz.

Na hora da fundação da RDA assumimos o compromisso de enviar todos os esforços para que nunca mais partisse uma guerra do solo alemão. Ficamos fiéis a este compromisso. E é com orgulho que podemos afirmar que aproveitámos a oportunidade histórica que nos foi dada com a libertação do fascismo. Na RDA foram erradicadas, de uma vez para sempre, as causas da guerra e do fascismo, os fundamentos socioeconómicos da loucura armamentista e da política bélica. A política de paz tornou-se desde o primeiro dia política estatal.

Se agora, através da instalação das armas atómicas de primeiro golpe dos EUA na República Federal da Alemanha, surge de novo o grave perigo de partir uma guerra do solo alemão, isso provoca naturalmente sérias preocupações. Estas armas de primeiro golpe foram colocadas na República Federal da Alemanha, apesar de mais de 70 por cento dos cidadãos se lhes oporem. E assim que se respeita na RFA a vontade do povo.

Se aquelas mesmas forças que querem ver a situação resultante da Segunda Guerra Mundial, lançando fantasmagorias sobre uma «questão alemã aberta» e levantando exigências revanchistas relativamente a territórios da Polónia, da Checoslováquia e da União Soviética, se sentirem estimuladas com o aparecimento dos Pershing II e dos mísseis de cruzeiro na RFA, então a nossa resposta é: nada está em aberto!

Como resultado do desenvolvimento do pós-guerra surgiram um Estado alemão socialista e um Estado alemão capitalista, cuja unificação



No Centro de Trabalho do PCP, em Coimbra

mo Proletário» e «Viva a amizade entre o PCP e o PSUA», inscritos a branco em tiras de pano vermelhas emolduraram as paredes da sala.

O comício estava prestes a começar. Viriam a usar da palavra os camaradas Werner Felte e Álvaro Cunhal, cujos discursos publicamos noutra local.

Na mesa, entre outros, encontravam-se representantes das comissões de freguesia da Brandoa e da concelhia da Amadora, o presidente da Câmara Municipal da Amadora, camarada Orlando de Almeida, Albano Nunes, responsável da Secção Internacional, Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado.

Células de empresa ofereceram a delegação trabalhos executados por operários comunistas. Particularmente sauda da oferta dos Pioneiros, em que aparecem gravadas palavras como «paz, amor e liberdade para todas as crianças do mundo». Os camaradas da RDA ofereceram uma enorme bandeira vermelha, a bandeira da amizade com a figura do primeiro presidente operário alemão.

Em ambiente de grande combatividade, muito entusiasmo e alegria terminava da melhor maneira a estadia em Portugal dos nossos convidados. Naquele comício, estava ali o melhor testemunho de uma sólida e longa amizade.

Durante a sua estadia em Portugal, o camarada Werner Felte, que é também membro do Conselho de Estado da RDA, foi ainda recebido pelo Presidente da República e pelo presidente da Assembleia da República.

Última sexta-feira, 21.30 horas. O Pavilhão Polivalente da Brandoa apresenta-se repleto de gente. No interior dança-se ao som de música popular portuguesa. Cá fora, potentes colunas encham também o espaço de música enquanto a delegação não chega para dar início ao comício.

A sala vai ao rubro quando, um por um, os camaradas da RDA, acompanhados pela delegação do Partido, atravessam o vasto recinto e se dirigem à mesa.

Gritos de PCP e RDA erguem na sala durante largos minutos. «Viva o Internacionalismo Proletário» e «Viva a amizade entre o PCP e o PSUA», inscritos a branco em tiras de pano vermelhas emolduraram as paredes da sala.

O comício estava prestes a começar. Viriam a usar da palavra os camaradas Werner Felte e Álvaro Cunhal, cujos discursos publicamos noutra local.

Na mesa, entre outros, encontravam-se representantes das comissões de freguesia da Brandoa e da concelhia da Amadora, o presidente da Câmara Municipal da Amadora, camarada Orlando de Almeida, Albano Nunes, responsável da Secção Internacional, Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado.

Células de empresa ofereceram a delegação trabalhos executados por operários comunistas. Particularmente sauda da oferta dos Pioneiros, em que aparecem gravadas palavras como «paz, amor e liberdade para todas as crianças do mundo». Os camaradas da RDA ofereceram uma enorme bandeira vermelha, a bandeira da amizade com a figura do primeiro presidente operário alemão.

Em ambiente de grande combatividade, muito entusiasmo e alegria terminava da melhor maneira a estadia em Portugal dos nossos convidados. Naquele comício, estava ali o melhor testemunho de uma sólida e longa amizade.

Durante a sua estadia em Portugal, o camarada Werner Felte, que é também membro do Conselho de Estado da RDA, foi ainda recebido pelo Presidente da República e pelo presidente da Assembleia da República.

Última sexta-feira, 21.30 horas. O Pavilhão Polivalente da Brandoa apresenta-se repleto de gente. No interior dança-se ao som de música popular portuguesa. Cá fora, potentes colunas encham também o espaço de música enquanto a delegação não chega para dar início ao comício.

A sala vai ao rubro quando, um por um, os camaradas da RDA, acompanhados pela delegação do Partido, atravessam o vasto recinto e se dirigem à mesa.

Gritos de PCP e RDA erguem na sala durante largos minutos. «Viva o Internacionalismo Proletário» e «Viva a amizade entre o PCP e o PSUA», inscritos a branco em tiras de pano vermelhas emolduraram as paredes da sala.

O comício estava prestes a começar. Viriam a usar da palavra os camaradas Werner Felte e Álvaro Cunhal, cujos discursos publicamos noutra local.

Na mesa, entre outros, encontravam-se representantes das comissões de freguesia da Brandoa e da concelhia da Amadora, o presidente da Câmara Municipal da Amadora, camarada Orlando de Almeida, Albano Nunes, responsável da Secção Internacional, Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado.

Células de empresa ofereceram a delegação trabalhos executados por operários comunistas. Particularmente sauda da oferta dos Pioneiros, em que aparecem gravadas palavras como «paz, amor e liberdade para todas as crianças do mundo». Os camaradas da RDA ofereceram uma enorme bandeira vermelha, a bandeira da amizade com a figura do primeiro presidente operário alemão.

Em ambiente de grande combatividade, muito entusiasmo e alegria terminava da melhor maneira a estadia em Portugal dos nossos convidados. Naquele comício, estava ali o melhor testemunho de uma sólida e longa amizade.

Durante a sua estadia em Portugal, o camarada Werner Felte, que é também membro do Conselho de Estado da RDA, foi ainda recebido pelo Presidente da República e pelo presidente da Assembleia da República.



Na biblioteca Joantina, na Universidade de Coimbra

## Comunicado conjunto

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, deslocou-se a Portugal, de 12 a 17 de Novembro de 1984, uma delegação do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha chefiada por Werner Felte, membro do Bureau Político e Secretário do Comité Central do PSUA. Integraram ainda a delegação Horst Schumann, membro do Comité Central e primeiro Secretário do Comité Distrital do PSUA de Leipzig, Erich Wetzelt, chefe de secção do Departamento de Relações Internacionais do Comité Central e Klaus Kazimirski, funcionário do Departamento de Relações Internacionais do Comité Central.

A delegação do PSUA teve conversações com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral, Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado, José Bernardino, membro do Comité Central e Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável da Secção Internacional.

Durante as conversações, que tiveram lugar num clima de fraterna amizade e camaradagem e mostraram coincidência de opiniões nas grandes questões abordadas, foram trocadas informações e opiniões acerca da situação nos dois países e a actividade dos dois partidos, sobre a situação internacional e questões da actualidade do movimento comunista e operário.

A delegação do PSUA deslocou-se ao distrito de Coimbra onde teve encontros com Jaime Serra, membro da Comissão Política e a Direcção da Organização Regional da Beira

Litoral do PCP. Visitou a Universidade de Coimbra e a Cooperativa «Estrela de Conimbriga» e teve contactos com agricultores de Condeixa e Montemor-o-Velho. Na Figueira da Foz visitou os Estaleiros Navais «Foz Nave».

No distrito de Santarém visitou as UCP's «Mouchão do Inglês» e «Alfredo Lima», em Alpiarça.

No distrito de Lisboa visitou a empresa Sorefame e foi recebida na Câmara Municipal da Amadora. Neste concelho, na freguesia da Brandoa, teve lugar um Comício de Amizade PCP/PSUA em que usaram da palavra os camaradas Werner Felte e Álvaro Cunhal.

Durante a sua visita a Portugal, o camarada Werner Felte foi recebido pelo Presidente da República, General Ramalho Eanes. Encontrou-se com o Presidente da Assembleia da República, Fernando Amaral e foi saudado pelo Plenário da AR. A delegação do PSUA teve encontros com a Direcção da Associação de Amizade Portugal-RDA.

Durante as conversações a delegação do PSUA referiu o balanço, bem sucedido, alcançado na concretização das resoluções do X Congresso do PSUA pelos trabalhadores da RDA, sob a direcção do seu partido marxista-leninista da RDA de empregar todas as suas forças para salvaguardar a paz e fortalecer as posições do socialismo, em estreita e fraterna aliança com a União Soviética e os demais Estados socialistas. A RDA fará tudo o que estiver ao seu alcance para que jamais uma guerra parta de solo alemão.

Durante as conversações a delegação do PSUA referiu o balanço, bem sucedido, alcançado na concretização das resoluções do X Congresso do PSUA pelos trabalhadores da RDA, sob a direcção do seu partido marxista-leninista da RDA de empregar todas as suas forças para salvaguardar a paz e fortalecer as posições do socialismo, em estreita e fraterna aliança com a União Soviética e os demais Estados socialistas. A RDA fará tudo o que estiver ao seu alcance para que jamais uma guerra parta de solo alemão.

PCP

# A visita da delegação do PSUA

## Discurso de Werner Felde



cação é tão impossível como a unificação do fogo e da água. Somos a favor da normalização das relações com a RFA, tal como é de uso entre Estados soberanos, independentes e iguais em direitos. Uma posição realista do lado da RFA facilitaria o diálogo e serviria assim a paz e a segurança no nosso continente.

A RDA está disposta, nesta base, a desenvolver relações frutuosas de cooperação pacífica com todos os Estados capitalistas. E neste mesmo espírito que encaramos também as relações com Portugal. Estamos convencidos de que a sua ampliação pode constituir um contributo para o saneamento da situação internacional.

Os cidadãos do nosso país compreendem cada vez melhor que o peso dos nossos esforços pela paz e pelo progresso depende em grande medida do reforço contínuo do nosso Estado, em firme aliança com a União Soviética e os outros Estados socialistas irmãos.

Um sinal visível foi, há poucos dias, o 35.º aniversário da fundação da RDA. Os operários, camponeses das cooperativas, intelectuais e todos os trabalhadores apresentaram resultados do seu trabalho dedicados ao aniversário do país, resultados como nunca antes línhamos alcançado.

Em 1984, o rendimento nacional tem crescido ao ritmo de 5,3 por cento, o que é substancialmente mais do que fora planeado. O rendimento nacional, que em 1949 ascendia somente a 24,1 mil milhões de marcos, alcançará, nos finais de 1984, 220 mil milhões de marcos.

A produtividade do trabalho que Lênine designou como decisiva para a vitória da nova sociedade, regista uma taxa de aumento de 8,4 por cento.

A nossa agricultura socialista em que o sector cooperativo é largamente dominante realizou em 1984 a maior produção de sempre na sua História. Durante o período de 35 anos, desde a fundação da RDA, aumentou duas vezes e meia a produção de produtos agrícolas. A produção de carne aumentou 7 vezes neste mesmo período, a de leite 3,1 vezes, e a produção de ovos 6,7 vezes.

Hoje, o nosso Estado dos operários e camponeses está em condições de quase auto-abaastecer-se, em produtos agrícolas e pecuários.

Não foi nada fácil. Custou-nos muito trabalho e suor. Conseguimo-lo graças à política correcta do nosso Partido, à ajuda e apoio activos da classe operária bem como ao trabalho abnegado dos camponeses das cooperativas.

Poderia indicar ainda um sem-número de algarismos. Por exemplo: em 1984 construímos ou modernizamos 200 000 habitações.

As rendas de casa apenas pesam 5% no orçamento familiar.

O pintor alemão Heinrich Zille disse uma vez acertadamente: uma má habitação mata tanto como um machado.

Além de novas habitações foram construídas em grande número escolas, jardins de infância e creches, estabelecimentos de comércio, instalações de desporto e muitas coisas mais.

O povo tem criado tudo isso para o povo! Este entusiasmo, esta vontade de trabalho, este élan criador resultam da consciência de que o bom trabalho no socialismo a todos beneficia e de que o povo livre de exploradores, ou seja, como proprietário dos meios de produção, colhe também os frutos da sua diligência.

As profundas transformações sociais levadas a cabo nos últimos anos, o trabalho assíduo dos nossos trabalhadores trouxeram-lhes segurança e amparo.

O que é que isso significa? Isso significa pleno emprego. Na RDA, a palavra «desemprego» é uma palavra estranha. A cada jovem, seja rapariga ou rapaz, é garantido um posto de aprendizagem ou uma bolsa de estudo.

Isso significa preços constantes para as mercadorias de primeira necessidade. Os preços do pão, do leite, da manteiga, da carne — bens alimentares de que as pessoas necessitam — são hoje ainda tão baixos como há muitos anos atrás.

Isso significa viagens de férias baratas, organizadas e conferidas pelos sindicatos. A Confederação dos Sindicatos Livres Alemães dispõe de 683 casas de repouso.

Isso significa um sistema eficaz de saúde pública e assistência

### Intervenção de ALVARO CUNHAL

## «O que nós queremos é uma economia nacional dirigida pelos portugueses e ao serviço de Portugal»

Camaradas:

Este comício de amizade PCP-PSUA, Portugal-RDA, realiza-se sob a divisa do internacionalismo proletário — que se encontra aqui em evidência escrita em grandes letras, que vive gravada nos nossos corações, e que para nós, comunistas portugueses, como este comício testemunha, é um princípio, é uma política, é uma atitude, é um sentimento e é uma prática

### Cooperação dos partidos, amizade dos povos, defesa da paz

Estamos hoje aqui com a delegação do Partido Socialista Unificado da Alemanha, que visita Portugal, a convite do Comité Central do nosso Partido. Acabamos de ouvir o discurso do camarada Werner Felde.

Creio que todos ouvimos com alegria e emoção o que nos disse da actividade e das extraordinárias realizações do seu Partido e do povo da RDA, que comemorou há dias o 35.º aniversário da sua fundação.

Quando ouvimos dizer que em 1984 na RDA o rendimento nacional cresce a um ritmo de 5,3%, que a produtividade do trabalho regista um aumento de 8,4%, que a RDA obteve a mais alta colheita de cereais (11,5 milhões de toneladas com um rendimento médio de 45 quintais por hectare), que foram construídas ou modernizadas 200 000 habitações, que não há desemprego, que há vários anos não aumentaram os preços dos géneros de primeira necessidade, — não só felicitamos vivamente os nossos camaradas, como não podemos deixar de observar que se trata de exaltantes realizações com as quais certamente Portugal de hoje muito poderia aprender.

Creio, também, camaradas, que todos ouvimos com alegria as suas palavras amigas, expressando a solidariedade dos comunistas e do povo da RDA, para com os comunistas e o povo de Portugal.

Pela nossa parte, somos também activa e firmemente solidários para com o PSUA e o povo da RDA e regozijamo-nos com os seus êxitos e realizações. Por tudo quanto representam para a sua pátria. E pela contribuição de inestimável valor que representam para a grande causa da libertação e da independência dos povos, do progresso social, do socialismo e da paz.

Na gravíssima situação internacional que hoje vivemos, em que o imperialismo, nomeadamente o imperialismo norte-americano, prosseguindo no seu objectivo de hegemonia mundial, multiplica as suas pressões, provocações, ingerências e intervenções militares, se lança na corrida aos armamentos, e faz pairar sobre o mundo a ameaça de uma guerra nuclear, as relações de amizade e solidariedade recíproca entre os partidos comunistas e operários — tal como as que existem entre o PCP e o PSUA — tornam-se mais necessárias do que nunca.

As conversações realizadas confirmam que os nossos dois partidos estão empenhados em reforçar a sua cooperação bilateral e em actuar pela coesão do movimento comunista internacional e pela luta comum de todas as forças anti-imperialistas, de todas as forças da liberdade, da democracia, da independência nacional, do socialismo e da paz.

O problema da paz foi examinado uma vez mais com particular atenção. Embora actuando em condições muito diversas, os nossos dois partidos pronunciam-se pela constante, firme e incansável defesa da paz mundial ameaçada — tarefa central de todos os povos do mundo.

Ambos apontam a necessidade de pôr termo ao estacionamento dos novos mísseis americanos na Europa e de manter o equilíbrio militar-estratégico. Ambos expressam a necessidade de resolver os conflitos através da negociação. Ambos sublinham a importância das propostas de paz da União Soviética e dos outros países da comunidade socialista.

cial, como a afirmação nacional independente dos países democráticos e progressistas.

A identificação dos processos contra-revolucionários com posições de capitulação nacional é a identificação dos processos revolucionários e de transformação democrática e progressista da sociedade com a afirmação e a defesa da independência nacional — tornaram-se, no mundo contemporâneo, uma lei objectiva da evolução social.

A luta contra o imperialismo identifica-se com a luta pela democracia, a independência nacional, a paz e o socialismo.

### Portugal de Abril, independência nacional e independência económica

Nós comunistas portugueses, consequentes internacionalistas, somos também os mais consequentes patriotas.

A Revolução de Abril, no seu próprio ecclidir militar e popular, no seu desenvolvimento, nas transformações políticas, económicas e sociais que introduziu na sociedade portuguesa, foi, em si mesma, uma poderosa e exaltante afirmação de independência nacional.

Para nós, comunistas portugueses, a luta em defesa de Portugal de Abril, tem sido e continua a ser uma luta constante em defesa da independência nacional ameaçada pelo imperialismo.

Portugal não sofreu, é certo, com a Revolução de Abril, agressão ou intervenção militar estrangeira. Mas sofreu as mais variadas pressões, ingerências, bolcotes, sabotagens e intrigas do imperialismo (conluído com a reacção interna) contra a jovem democracia e as suas conquistas.

Assim como a política de destruição das conquistas de Abril compromete e ameaça a independência nacional, assim a luta em defesa do regime democrático e das suas conquistas é ao mesmo tempo uma luta em defesa da independência nacional ameaçada.

A defesa do Portugal de Abril é uma causa eminentemente patriótica. Identifica-se hoje com a própria causa da independência nacional.

Para que um país se considere independente não basta, porém, ter Governo e instituições próprias.

A independência nacional tem de afirmar-se na política económica, na política social, na vida cultural, na decisão política, na política externa, na política de defesa.

Assim o nosso Partido insere correctamente a independência económica nacional entre os objectivos de uma política democrática alternativa.

Poderá parecer a observadores superficiais que se trata de um objectivo irrealista no mundo contemporâneo.

Primeiro, porque no mundo actual as economias nacionais são economicamente interdependentes. Segundo, porque há uma tendência irreversível para a internacionalização de toda a vida económica e designadamente dos processos produtivos. Terceiro, porque, nessas condições, a divisão internacional do trabalho é não só inevitável, como indispensável.

Tudo isso é verdade. Mas nada tem a ver com os conceitos do imperialismo e do neocolonialismo acerca da «interdependência das nações» e da «divisão internacional do trabalho» compreendidas, como métodos e formas de exploração e dominação económica, impedindo que se afirme a soberania e a independência nacionais.

É correcto, justo e necessário definir, entre os objectivos de uma política democrática, a independência económica do País.

Não pensamos, de forma alguma, que se deva procurar uma solução autárquica (ou seja produzir no País tudo o que necessita-

Estas considerações significam, em resumo, que Portugal tem o pleno direito — e o PCP propõe que Portugal o afirmem — de, no quadro da cooperação internacional, desenvolver a sua própria economia nacional, uma indústria moderna com os seus sectores de agricultura progressista, desenvolver a sua própria economia nacional.

A política económica e a política de desenvolvimento pelo PCP ao País, como parte integrante de uma política alternativa, são rigorosas e realistas, têm profundas raízes patrióticas, correspondem inteiramente aos interesses nacionais.

O que nós queremos é uma economia nacional dirigida pelos portugueses e ao serviço de Portugal.

Não há, certamente, nenhum patriota que, tomando em conta o pensamento das nossas propostas com objectividade, não esteja do lado das nossas propostas, no fundamental.

### Em nome dos interesses nacionais pôr fim à política de capitulação e desastre

Em nome dos interesses nacionais e da independência nacional combatemos a chamada «política económica» do PS/PSD e das forças reacçãoárias — política de verdadeiras capitulações nacionais — e a destruição, que está a ser feita, das estruturas nacionais, da nossa siderurgia, das nossas construções culturais — sacrificadas aos interesses dos países desenvolvidos.

Em nome dos interesses nacionais que reclamamos a assecuração da gestão correcta, competente e patriótica das empresas portuguesas, a viabilidade de sectores e empresas nacionais, o apoio e estímulo à Reforma Agrária, a mobilização dos recursos para o desenvolvimento, de forma a impedir qualquer degradação das estruturas da nossa economia — de que aspectos significativos a autorização para a criação de novos estrangeiros — e o assalto das multinacionais a importantes sectores da economia portuguesa.

Em nome dos interesses nacionais que reclamamos o colaboracionismo do Governo com as exigências do Fidejussor Internacional, que cesse a aceitação das ordens de uma política económica e social portuguesa como se fosse a política de Portugal.

Em nome dos interesses nacionais que denunciamos a irresponsável a empréstimos externos, de tal forma que a dívida externa se tem agravado assustadoramente, se aproxima dos 600 milhões de dólares, excede em 45% (final de 1983) o total do ouro e divisas, corresponde a cerca de 80% do Produto Interno Bruto, — percentagens que traduzem a aproximação do estado de insolvência.

Em nome dos interesses nacionais que reclamamos as negociações de empréstimos externos imprescindíveis para a manutenção de uma firme posição nacional, que reclamamos se ponha em discussão a breve prazo a renegociação da dívida externa em juros anuais que por ela pagamos.

Em nome dos interesses nacionais que combatemos o plano de florestação já em curso, promovido pelo Governo com as multinacionais, com o Banco Mundial e o Banco Europeu de Investimentos, plano que transforma os nossos campos de eucaliptos para fabrico de pasta de papel, em uma nossa agricultura e o seu desenvolvimento, e poluição atmosférica e os nossos rios de forma a tornar difícilmente habitáveis vastas zonas do País, como já actualmente sucede em Cas Velha de Ródão.



Num jantar-convívio em Sobreiro (Condeixa-a-Nova)



Na Cooperativa «Estrela de Conimbriga»



Em terras da Cooperativa Agrícola «Mouchão do Inglês»



Na Câmara Municipal da Amadora



Na Sorefame

médica gratuitos e a assistência a pessoas de idade, amplias possibilidades para curas e terapia preventiva.

Isso significa ainda (mas não por último) a igualdade de direitos entre o homem e a mulher, não somente consagrada na Constituição da RDA, mas diariamente praticada em todos os sectores da nossa vida. Uma velha exigência da classe operária tornou-se realidade na RDA: igual salário para trabalho igual.

Por outras palavras: a História de 35 anos da RDA, o seu desenvolvimento como Estado socialista internacionalmente respeitado, politicamente estável e com uma elevada dinâmica económica e um aumento dos rendimentos em todos os campos da vida social é uma prova do vigor do marxismo-leninismo. Ela tornou evidentes as grandes potencialidades de um povo libertado da exploração capitalista e liderado pela sua vanguarda revolucionária.

Nós sabemos que, quanto mais forte é o socialismo tanto mais segura é a paz e tanto mais favoráveis são as possibilidades de luta para as forças do progresso em toda a parte do mundo.

Durante a nossa estada em Portugal ficámos convencidos mais uma vez de que o nosso Partido constitui uma força com grande influência. Também o comício de hoje comprova que os comunistas portugueses enfrentam a solução das suas tarefas empolgantes com responsabilidade e consciência, com espírito revolucionário, determinação de luta e optimismo. Estamos alegres e orgulhosos por estar ao vosso lado na mesma luta.

Agradeço-vos profundamente o convite para este comício entusiástico.

Iremos informar o nosso Partido e o nosso povo da vossa grande luta e continuaremos a revigorar a aliança inabalável entre o Partido Socialista Unificado da Alemanha e o Partido Comunista Português.

Viva o glorioso Partido Comunista Português!

Viva a aliança fraternal entre o Partido Socialista Unificado da Alemanha e o Partido Comunista Português!

Viva a luta pela salvaguarda da paz no mundo!

Viva o marxismo-leninismo e o internacionalismo proletário!

Aqui em Portugal, a luta pela paz faz parte integrante da luta em defesa de Portugal de Abril. Apraz-nos registar, entre outras iniciativas, que acaba de realizar-se em Lisboa (nos dias 10 e 11) uma Conferência Luso-Espanhola «Por uma Península Ibérica Livre de Armas Nucleares» — pela criação de uma zona desnuclearizada na Península.

O nosso Partido apoia inteiramente esta iniciativa, coincidente com a actual luta do povo português contra novas cedências militares aos Estados Unidos e à NATO, contra a instalação de novas bases, contra a utilização do território e das águas nacionais para instalação ou trânsito de armas nucleares.

A luta pela paz — tarefa central e comum de todos os povos do mundo — é inseparável da luta pela liberdade, pela independência nacional, pelo progresso social e pelo socialismo.

Aqui uma vez mais desejo confirmar o nosso activo apoio e solidariedade aos povos de Angola, Moçambique, Zimbábue, Namíbia e África do Sul. Aos povos do Líbano e da Síria, assim como ao povo palestino. Aos povos da América Central em luta.

Desejo particularmente, camaradas, em nome do Comité Central do nosso Partido, felicitar uma vez mais vivamente a Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua, pela magnífica e esmagadora vitória alcançada nas eleições, e, ante as ameaças mais visíveis de intervenção militar norte-americana, expressar à FSLN e ao povo da Nicarágua o completo apoio e a inteira e activa solidariedade do Partido Comunista Português.

Em todas as partes do mundo o imperialismo norte-americano se revela sustentáculo e cúmplice das ditaduras mais reacçãoárias e sangrentas, o inimigo declarado dos povos e da sua luta libertadora.

O imperialismo contraria, por todos os meios ao seu alcance, tanto a luta dos povos no caminho da sua libertação política e so-

mos) nem tais soluções são possíveis no mundo de hoje.

Mas pensamos, primeiro, que a política económica de desenvolvimento de Portugal, deve ser definida, empreendida, realizada e inspirada pelos interesses nacionais e não pelos interesses do imperialismo, das multinacionais, dos magnatas norte-americanos.

Segundo, que qualquer política económica nacional deve ter como objectivo obrigatório aproveitar e desenvolver os recursos e potencialidades nacionais e não submetê-los e sacrificá-los a recursos e potencialidades concorrentes de países estrangeiros.

Terceiro, que, na divisão internacional do trabalho, Portugal não pode aceitar que a sua economia, a sua indústria, a sua agricultura, sejam consideradas como elementos meramente complementares e subsidiários da economia, da indústria, da agricultura dos países capitalistas mais desenvolvidos e a eles submetidos.

Quarto, que nós, portugueses, temos de trabalhar para sairmos da permanente situação de défice económico, — dos monstruosos défices das balanças energética e alimentar, bem como da balança de transacções correntes, e do recurso sistemático ao crédito externo, não para promover o desenvolvimento, mas para pagar dívidas e os seus juros.

Quinto, que é tempo de impulsionar as forças produtivas nacionais, pondo termo à absurda política de recessão económica que o Primeiro-Ministro, numa das suas costumadas enormidades, diz aos americanos (7.11.84) ter sido «indispensável ao saneamento financeiro», no preciso momento em que o debate do Orçamento Geral do Estado de 1984 evidenciou que o Governo conduz o sistema financeiro à beira da ruptura.

### Não a

Por um lado, a exploração e a recuperação de recursos capitalistas dos antigos vel e par...

barata e o estrangeiro, Diários estrangeiros muito de in...

Mas do No fim d...

o Governo o Conselho de Trabalhadores ofere...

Os ma...

gãndo imp...

ções extra...

seu Primei...

tais, o baix...

política de...

cou e espa...

M. Soa...

outras pal...

«Vinde...

de, multi...

lucros, sal...

mo dos S...

de 600 00...

com salár...

pectivas d...

des. Tend...

isto é, se...

justa caus...

Conselho...

concertaç...

do Gover...

nao vos o...

rença e t...

trabalhad...

Com...

magnatas...

oferecer...

Estas...

são dele...

Pronu...

tro, pomp...

investim...

Presen...

reconheci...

publicado...

que partic...

«Amer...

Alías,

companhi...

lucci, ex-

tor da Cl...

embaxad...

agente da...

como dir...

Trade», à

Vê-se

dam de b...

«Muitas...

«Mas h...

«Erião p...

podem...

«Fode...

«Teer a...

«oferecer...

«cravos m...

«Os tr...

«O seu p...

«GGTP-IN...

«que resist...

«ganizaça...

«determina...

«Os tra...

«Batalha...

«Soares e...

«Por ur...

«não su...

«Para b...

«necessári...

«seus dom...

«dência, so...

«mação na...

«tico-e inde...

«O actu...

«ainda não...

«sua polít...

«Contes...

«O mini...

«obrigação...

«atributo i...



...tares NATO (BMI, St.ª Margarida), estações de rastreio e de emissão e recepção de rádio (Flores, Fonte da Telha, Vale de Zebro) e estações de munições e combustíveis (Trafaria), silos e depósitos (Fonte da Telha, Marco do Grito).

Já chegam novos projectos e planos para alargamento de facilidades militares (base militar em Porto Santo, utilização de bases para acções agressivas da Força de Intervenção Rápida, utilização das oficinas de Alverca, oleodutos, bases de abastecimento, estação de rastreio de satélites e mísseis e até, como há tempos se falou, a reparação de navios de guerra americanos nos estaleiros da Lisnave).

Já chega de utilização de bases portuguesas para operações agressivas contra terceiros Estados como foi a utilização das Lajes para a ponte aérea para Israel quando da guerra com o Egipto.

Não podemos tão pouco aceitar que uma doutrina e uma política de defesa nacional conduzam à ideia de que, numa eventual guerra futura, Portugal pode sucumbir para que triunfe o imperialismo norte-americano.

A política de defesa nacional visa por definição a defesa da nação portuguesa e nunca o seu sacrifício nas aras da política de agressão e de guerra do imperialismo.

### Pela inteira soberania na decisão da política e na escolha dos governantes

A independência de Portugal significa que o povo português tem pleno direito de decidir a sua política e de escolher os seus governantes.

O povo português não pode aceitar que sejam países estrangeiros a ditar qual deve ser a política portuguesa e quais os partidos que devem ou não devem estar no Governo.

Sabe-se que não é essa a atitude, tanto de certos sectores políticos portugueses, como de certos governos estrangeiros. Uns e outros consideram legítimas as ingerências, as pressões, as indicações e até as ordens à política portuguesa — que perfazem já longo rol nestes dez anos e meio decorridos desde a gloriosa Revolução de Abril de 1974.

O nosso Partido condena frontalmente pressões e ingerências externas na política portuguesa e repudia firmemente a utilização, com esse fim, de meios económicos, financeiros, políticos e diplomáticos, para não falar já de pressões de natureza militar.

Não aceitamos e pensamos que o povo português não deve aceitar que o FMI imponha a Portugal uma política de recessão económica, de altas taxas de juro, de desemprego, de importações desnecessárias.

Não aceitamos e pensamos que o povo português não deve aceitar que países do Mercado Comum, reservando para eles o direito de escolherem a sua organização económica, pressionem para que as nacionalizações e a Reforma Agrária sejam liquidadas, com o pretexto da necessidade de uma identificação das estruturas



socioeconómicas de Portugal com as da Europa ocidental — onde, como se sabe, existe o sistema do capitalismo monopolista.

Não aceitamos que, à semelhança do sr. Kissinger, do sr. Carter, do sr. Bush, do sr. Reagan, agora que se coloca na ordem do dia uma alternativa democrática, novamente nos venham dizer do estrangeiro, seja em público, seja nos bastidores, quais os partidos que podem e quais os partidos que não podem constituir Governo em Portugal.

Todos os partidos legalmente constituídos têm direitos iguais. Todos as correntes políticas podem expressar-se livremente no Portugal democrático.

Quando alguns procuram introduzir na política de defesa a definição de um «inimigo interno», não se trata de uma definição respeitante à «defesa nacional», mas respeitante à «segurança interna», não se trata de uma preocupação da defesa do País, mas do objectivo antidemocrático de discriminação política e eventual repressão contra os adversários de Governos reaccionários cujos partidários fazem tais propostas.

Nos tempos do fascismo, ouvimos Santos Costa, quando da campanha Humberto Delgado para as eleições presidenciais, ameaçar a oposição democrática em caso de vitória, com a intervenção do exército espanhol.

Já nos tempos de Abril e em anos recentes ouvimos M. Soares levantar o fantasma do não consentimento da NATO à participação dos comunistas no Governo.

Portugal e o povo português não se deixaram intimidar. É ao povo português e só ao povo português que cabe decidir da política e dos governantes de Portugal.

Quando o povo português atrai abaixo o Governo Soares/M. Pinto não serão os seus «very special friends» e os seus «grands amis» que evitarão a sua queda, ou evitarão a formação de um Governo democrático com uma política democrática, um Governo nacional, português, que perante Portugal e o povo português responda pela sua política.

É com a certeza dos nossos direitos nacionais e com a firme determinação de os assegurar que todos os democratas e patriotas devemos empenhar os nossos esforços para evitar o desastre nacional ao qual o Governo Soares/M. Pinto está arrastando o País e para alcançar uma alternativa democrática capaz de fazer o País sair da crise e de resolver os gravíssimos problemas existentes.

Soberania na decisão da política e na escolha dos governantes significa, não só que a decisão é tomada em Portugal por portugueses, mas que a decisão é tomada em condições de liberdade e de democracia.

O Governo e as forças que o compõem e apoiam têm tanto medo da decisão livre e democrática do nosso povo que lançam grande ofensiva contra as liberdades e a democracia.

São as limitações inconstitucionais e ilegais e os projectos de leis restritivas do exercício das liberdades e direitos fundamentais dos cidadãos. É o reforço desmedido das forças repressivas e a sua educação no ódio ao povo. É a utilização crescente da repressão. É a criação de novas PIDES chamadas serviços de informação. É a «lei de segurança interna» com a qual o Governo pretendia dar novo e penoso passo na formação de um Estado policial e totalitário e que só não foi até hoje por diante e está congelada na Assembleia da República porque um poderoso movimento de indignação e protesto obrigou o Governo a recuar. É o pacote laboral. É o pacote autárquico contra o Poder Local democrático. São as novas leis eleitorais em preparação para transformar as eleições em mascaradas.

Também em nome dos interesses nacionais e da soberania nacional opomos-nos firmemente à ofensiva do Governo contra as liberdades e a democracia, advertimos dos perigos da continuação no Poder de um Governo com tal actuação, reclamamos que as liberdades sejam asseguradas e que se impeçam quaisquer alterações antidemocráticas das leis eleitorais, e insistimos na urgência da demissão do Governo Soares/M. Pinto como um imperativo nacional.

### Urgente demissão do Governo — objectivo nacional e patriótico

A situação económica, financeira, social e política degrada-se dia a dia.

A grandeza do desastre a que o Governo Soares/M. Pinto está conduzindo o País levanta contra o Governo todas as classes e camadas antimonopolistas, os mais vastos sectores de democratas e patriotas.

A política de desastre junta-se a irresponsabilidade e a levandade de decisões e afirmações, a incompetência, a corrupção.

Caso talvez único na História, o Governo apresentou na Assembleia da República um Orçamento Geral do Estado em que faltava mencionar somas de dezenas de milhões de contos a agravar o défice, sendo preciso que os deputados do PCP apontassem o «buraco» para o reconhecer.

Rebentam cada dia novos casos de corrupção. Administradores dos bancos nacionalizados, Fonseca & Burnay e BESCL, nomeados pelo Governo, concedem abusivamente empréstimos e suportes financeiros respectivamente à Mello-Deutsche-Morgan e à Sociedade Portuguesa de Investimentos para que esta se transforme em banco, e logo a seguir passam de armas e bagagens para essas sociedades privadas, revelando assim terem estado ao seu serviço na banca nacionalizada.

M. Soares cala-se perante a revelação feita no Parlamento da RFA por Gunter Paeffgen, do grande consórcio financeiro Flick, de que entregou grandes somas para M. Soares conduzir a sua acção contra a Revolução portuguesa.

Envolvimentos pelas próprias ilegalidades, expedientes e escândalos, o Governo e a sua gente atolam-se cada vez mais no mar de lama da sua política.

Enquanto a reclamação da demissão do Governo ganha a maioria do povo português, é preciso andar com uma candei na mão para descobrir quem apoia o Governo Soares/M. Pinto.

Por todo o lado, na reclamação nacional da demissão do Governo, participam membros e eleitores do PS e do PSD. Conflitos estalam no PS e no PSD e entre um e outro.

No PS destacados dirigentes levantam as suas vozes para dizer «Basta!» ao secretário-geral do seu próprio partido (carta de Arnaut e Soares Louro. Jornais de 15.11.84).

No PSD multiplicam-se e agudizam-se os conflitos, as disputas, as guerras de chefes, chefinhos e chefazos.

Na barca do Governo Soares/M. Pinto já cheia a naufrágio. A par dos discordantes movimentam-se a rataria.



A coligação está podre. O Governo está podre. É, porém, preciso ter consciência de que, podre como está, não cairá por si.

Tem sido a luta do povo que o conduziu ao actual isolamento. Será a luta do povo e um abanão institucional que o atirarão a terra.

Continuam completamente válidas as 4 grandes direcções indicadas pelo Comité Central para a nossa actividade:

Primeira: a luta — que é necessário intensificar em todos os domínios e esferas da vida nacional: — as lutas nas empresas, nos sindicatos, as grandes jornadas em curso, as concentrações e desfiles, as acções de pequenos e médios agricultores, dos jovens, das mulheres, dos intelectuais, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos reformados, dos deficientes — lutas com objectivos concretos e imediatos mas convergindo no objectivo político central e decisivo: a demissão urgente do Governo Soares/M. Pinto.

Segunda: a unidade — que é necessário reforçar em todas as organizações de massas, em todas as iniciativas, nas mais variadas frentes de luta, vencendo e ultrapassando tendências e preconceitos sectários e ganhando as mais vastas massas, ganhando todos os democratas e patriotas, para a acção unida, concertada ou convergente que conduza a uma alternativa democrática.

Terceira: o funcionamento das instituições — para o qual o Grupo Parlamentar do nosso Partido e as Autarquias APU estão dando importantes contributos, — cujo exemplo seria de desejar que outros democratas e patriotas seguissem nas respectivas esferas de decisão e intervenção.

Quarta: o reforço do Partido — necessário e indispensável para a defesa dos interesses do povo e do País e das grandes conquistas da Revolução, para alcançar a demissão do Governo, uma alternativa democrática e a solução dos graves problemas nacionais.

O Governo irá multiplicar as ilegalidades, as tentativas de nova legislação antidemocrática, as campanhas de desinformação, as mentiras, as calúnias, as provocações. Irá também certamente intensificar as promessas, a distribuição de migalhas, a demagogia.

Não é de excluir que tente evitar a derrota completa, anunciando a remodelação e substituindo mais alguns ministros.

O povo não se deixará iludir por novas manobras nem novas «remodelações».

Assim como não aceita a continuação do Governo Soares/M. Pinto, o povo não aceitará nem um Governo de Soares sem o Pinto nem um Governo do Pinto sem Soares.

O imperativo nacional, a exigência do povo, é clara: «Governo para a rua!» «Soares/M. Pinto para a rua!»

O imperativo nacional, a exigência do povo é uma alternativa democrática e patriótica, é um Governo ao serviço do povo e do País. O Povo está em luta. Este objectivo será alcançado.

Para terminar um pedido aos nossos convidados.

Para que, de volta à RDA, transmitam, com as nossas saudações calorosas e fraternais, os nossos mais sinceros votos por novos êxitos e vitórias do PSUA e do povo da RDA. E, se assim o entenderem, transmitam também, que o PCP, com os trabalhadores, com o povo de Portugal, continua com decisão e com confiança, a luta em defesa das liberdades, da democracia, das conquistas de Abril, da independência nacional!

Viva Portugal de Abril!  
Viva a amizade do PCP e do PSUA!  
Viva o Internacionalismo proletário!  
Viva o Partido Comunista Português!

Ao contrário do Governo que reconhece desta forma que não escolhe livremente a política externa de Portugal, o PCP entende que a política externa de Portugal deve ser livremente escolhida pelos portugueses.

Ao contrário do Governo que (tal como submete a economia) submete a política externa portuguesa aos interesses e às exigências do imperialismo norte-americano; ao contrário do Governo que apoia as ingerências, as provocações e agressões imperialistas e actua em relação aos pontos nevralgicos do mundo (África Austral, Próximo Oriente, América Central) como instrumento da intriga e da estratégia do Governo de Reagan — o PCP propõe para Portugal, para um Governo democrático, uma política externa não submetida a qualquer país estrangeiro, uma política externa verdadeiramente nacional e patriótica.

Nunca pusemos, nem pomos em causa o desenvolvimento das relações de amizade e cooperação com os países do Mercado Comum e com os Estados Unidos.

Pelo contrário: pensamos que há imensas potencialidades de desenvolvimento das relações com esses países que estão longe de ser aproveitadas.

Mas entendemos que, nas relações com esses países, como com quaisquer outros, devemos exigir (e isso não sucede actualmente) que sejam observados princípios fundamentais das relações internacionais: a igualdade, o respeito pela independência e soberania nacionais, as vantagens recíprocas, a não ingerência nas questões internas.

Os interesses nacionais exigem que se ponha fim a uma política externa de subserviência e submissão ao estrangeiro e que Portugal, segundo os seus próprios interesses, não só mantenha como desenvolva relações (naturalmente mutuamente vantajosas) com todos os países, independentemente do seu regime social.

Por isso, a par das relações com os países capitalistas, é também necessário — no domínio diplomático, económico, tecnológico, cultural, desportivo, político — desenvolver as relações com os países socialistas, aproveitando imensas potencialidades que só podem beneficiar o nosso país e o nosso povo.

É o caso da RDA, cujos altos representantes se encontram hoje aqui conosco.

O mesmo devemos dizer em relação aos Estados africanos, designadamente aqueles outrora subjugados pelo colonialismo português.

É tempo de pôr fim à hostilidade do Governo Soares/M. Pinto para com os regimes que os povos de Angola e Moçambique escolheram e aos planos que têm como fim último a sua destruição.

É tempo de pôr fim a quaisquer formas de apoio e ajuda do Estado português e dos partidos do Governo aos bandos armados da UNITA e da RENAMO.

É tempo de o Governo Soares/M. Pinto, que permite que os representantes desses bandos falem nos órgãos de comunicação social do Estado e se gabem dos raptos e crimes, dê mostras do humanitarismo de que tanto se gaba, levantando a voz em defesa dos cooperantes portugueses que são raptados e assassinados na República Popular de Moçambique e na República Popular de Angola por aqueles mesmos que, em Portugal, actuam livremente com a protecção do Governo e das forças que o compõem.

É tempo de enterrar definitivamente os indignos planos para entregar o povo mauberre à chacina pelos fascistas indonésios e Timor-Leste à ocupação e anexação definitiva pela Indonésia, no quadro de uma suposta autonomia.

A política externa actual é uma política de submissão ao estrangeiro. A política externa que defendemos é definida tendo como vectores a independência nacional e a honra e dignidade do País na arena internacional.

### Por uma política portuguesa de defesa nacional

Falando da independência do nosso país, não podemos deixar de dizer algumas palavras sobre a defesa nacional.

A defesa da independência tem de ser assegurada, não apenas no domínio económico, no domínio financeiro, no domínio político, no domínio diplomático, mas também no domínio militar.

A política de defesa nacional deve ter como objectivo fundamental a defesa da independência da nossa Pátria.

A Constituição indica mais precisamente esse objectivo.

«A defesa nacional — estabelece a Constituição — tem por objectivos garantir, no respeito pelas instituições democráticas, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça eventuais» (Art.º 273, n.º 2).

Colocam-se assim duas questões.

Primeira questão: Quem determina a política de defesa nacional portuguesa?

Tendo como objectivo fundamental garantir a independência e a integridade nacionais, é indiscutível que é Portugal — são os portugueses — que têm de definir a política de defesa nacional.

Segunda questão: Quais os critérios que devem determinar a política de defesa nacional?

Para nós, é evidente que a política de defesa nacional deve ser determinada não por critérios estabelecidos segundo interesses estrangeiros, designadamente do governo dos Estados Unidos e da NATO, que concebem a defesa nacional portuguesa como mero apêndice da defesa do imperialismo, mas por critérios portugueses específicos que dão prioridade à garantia da independência, soberania e integridade territorial de Portugal.

É por isso que consideramos inaceitável para Portugal que viesse a criar-se um Comando Ibérico da NATO, que, de uma forma ou de outra, subordinaria as Forças Armadas portuguesas às Forças Armadas espanholas.

É por isso que entendemos que o ensino da doutrina militar na Academia e Institutos Militares deve estar confiada quase exclusivamente a oficiais portugueses, reduzindo o número de cursos entregues a oficiais americanos e de outros países.

É por isso que entendemos necessário que esse ensino se oriente decisivamente num sentido nacional — não identificando a defesa nacional portuguesa com a defesa da NATO contra o Pacto de Varsóvia —, que aliás nem directa nem indirectamente nos ameaça.

É por isso que entendemos que, nas Forças Armadas portuguesas, as promoções devem ter em conta, a fidelidade a Portugal e não a fidelidade à NATO, como presentemente alguns parece entenderem.

É por isso que entendemos que, no equipamento, nos quadros e nos recursos, as unidades diversas das Forças Armadas portuguesas têm direito a não serem tratadas com desfavor relativamente à 1.ª BMI, e têm também direito a dispor de armas adequadas e não de material obsoleto que muitas vezes lhes é enviado quando os «grandes» da NATO o consideram bom para a sucata.

É por isso que entendemos que a nossa Marinha de Guerra deve ter mais barcos adequados à defesa nacional portuguesa, designadamente à defesa das nossas costas e das nossas águas, e não ser reduzida a apêndice, do patrulhamento do Atlântico pelos Estados Unidos.

É por isso que o nosso Partido se tem pronunciado contra o alargamento das facilidades de natureza militar aos Estados Unidos e aos países da NATO.

Já chegamos e sobram, como limitação à nossa independência nacional, bases militares estrangeiras ou ao serviço do estrangeiro no nosso território (Lajes, Beja, Montijo, Cortegeça), unidades mili-

### À miséria do povo para serviço do capitalismo estrangeiro

A exploração desenfreada dos trabalhadores inserir-se na política de recuperação capitalista e restauração monopolista e tem em vista o processo de acumulação e centralização do capital pelos Fundos Monetários portugueses, designadamente pelos grandes senhores dos FMI e dos bancos monopolistas fascistas. Mas tem outro objectivo inseparável: manter Portugal como um país de mão-de-obra barata e de miséria geral à mercê da exploração do capital estrangeiro, vindo dos países desenvolvidos.

Diariamente se noticiam encontros do Governo com capitalistas estrangeiros, simposios, conferências económicas em que se fala de planos de investimentos, de desenvolvimento, de ajudas estrangeiras para Portugal.

Mas do que se trata no fim de contas? No fim de contas, trata-se de uma revoltante negociação entre o Governo Soares/M. Pinto e os magnatas estrangeiros, na qual o Governo regateia a força de trabalho e o grau de exploração dos trabalhadores portugueses e do povo português em geral como quem oferece uma mercadoria ao mais baixo preço.

Os magnatas, aos quais o Governo quer entregar e está já entregando importantes sectores da economia nacional, reclamam condições extremas de exploração dos portugueses. E o Governo e o Primeiro-Ministro, oferecem-lhes, como atractivo aos seus capitães de indústria, o baixo nível de vida e a fome e a miséria do povo, que a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista provindo a fome e espalha no País.

M. Soares e o Governo dizem aos magnatas estrangeiros (com as suas palavras, claro, mas com o mesmo sentido):

«Vinde, senhores banqueiros! Vinde, senhores capitalistas! Vinde, multinacionais! Aqui tendes à vossa espera, à espera dos vossos capitães, para que eles se multipliquem através de elevados lucros, salários que correspondem apenas de um quarto a um sétimo dos salários dos países do Mercado Comum e dos Estados Unidos. Tendes aqui à vossa espera como exército de reserva mais de 600 000 desempregados. Tendes mais de 150 000 trabalhadores sem salários em atraso, o que vos abre, pelo exemplo, amplias perspectivas de terdes trabalhadores a trabalhar e de nada lhes pagardes. Tendes mais de 500 000 trabalhadores com contratos a prazo, sem quaisquer garantias sociais e que podeis despedir sem qualquer causa e a vosso bel-prazer na base do «lay off». Tendes um Conselho de Concertação Social que assegura a «paz social» por negociação entre o Governo, o patronato reaccionário e os agentes do Governo e do patronato nas organizações sindicais. E se isso não chega, o Governo está a preparar, para vossa maior segurança e tranquilidade, uma nova legislação laboral que colocará os trabalhadores completamente à vossa mercê.»

Nas outras palavras é isto que o Primeiro-Ministro oferece aos senhores e seus representantes. É isto que o levou recentemente a dizer «Basta!» a Portugal como «um oásis de paz e tranquilidade».

Essas últimas palavras, que fazem lembrar o antigamente, estas, palavras, do Primeiro-Ministro.

Pronunciou-as há poucos dias em Lisboa (7.11.84) num encontro dos períodos chamado «Perspectivas e Oportunidades de Investimento e Comércio com Portugal».

Em nome dos Estados Unidos, como convinha, estavam conhecidos e oficialmente nomeados agentes da CIA (isto não é boca nem fôfoca, isto está no documento), como o actual presidente do American Club of Lisbon, e participou no «Encontro» na qualidade de representante de uma companhia americana.

Esta fusão da representação da CIA e da representação de empresas norte-americanas não é coisa nova. Também o sr. Carneiro, ex-embaixador dos Estados Unidos em Lisboa e ex-vice-director da CIA, também agora passa por cá por Lisboa, não já como embaixador, naturalmente, nem que se saiba oficialmente como embaixador da CIA, mas como «very special friend» de Mário Soares (isto é realidade) e director de uma companhia norte-americana «Sears World» a qual o Governo português já está a fazer favores de tomo, como são vários que investimentos, provocação, intriga e espionagem em nome de M. Soares.

Muitas coisas sinistras promete e oferece Mário Soares. Há uma coisa essencial que não pode oferecer e prometer. Não pode prometer porque está acima e muito acima do seu poder.

Não pode oferecer os laços amarelos da UGT. Mas não pode oferecer a submissão dos trabalhadores portugueses. Não pode oferecer que os trabalhadores portugueses aceitem ser os escravos modernos do Mercado Comum ou dos Estados Unidos.

Os trabalhadores portugueses, com o seu Partido de vanguarda, com o seu poderoso movimento sindical unitário organizado em torno da CUTUP-IN e outras organizações unitárias, têm uma forte unidade e resistem às actuações divisionistas, têm um elevado grau de organização, têm uma elevada consciência de classe e uma firme determinação de luta. Os trabalhadores continuam a luta e quem perderá finalmente a batalha não serão os trabalhadores, não será o povo, será M. Soares e todas as forças reaccionárias.

### Uma política externa nacional submetida a qualquer país estrangeiro

Para bem do nosso povo e do nosso país, é absolutamente necessária uma política externa nacional, inspirada, em todos os domínios, pela defesa dos interesses nacionais, da independência, soberania e integridade territorial da nossa Pátria, pela afirmação da nossa posição na arena internacional de Portugal como país livre, democrático e independente.

O actual Ministro dos Negócios Estrangeiros, J. Gama, afirmava, no início do seu mandato, que «um país não escolhe livremente a sua política externa» (24.5.84).

Contestamos tal posição. O ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal tem estrita obrigação de considerar que a definição da política externa é um direito inalienável da soberania.



Terra

# Agricultores manifestam-se em mais de 30 localidades

Decorre desde a passada segunda-feira, prolongando-se até ao próximo sábado, dia 24, a **Jornada de Reclamação e Protesto da Lavoura**, uma iniciativa da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) decidida com vista a exigir do Governo a resolução dos graves problemas que atingem o sector e que, segundo as informações de que dispomos, está a movimentar largos milhares de agricultores numa grande mobilização nacional tendente a travar o caminho de desastre e ruína para onde a lavoura tem sido empurrada e a reclamar medidas que promovam o seu desenvolvimento.

A decisão de levar por diante esta acção surgiu na sequência da recusa do Primeiro-Ministro em dialogar com os agricultores e suas organizações representativas, não respondendo para o efeito a um pedido de audiência que lhe havia sido solicitado nesse sentido, nem as reclamações contidas num documento que lhe havia sido entregue.

Nas origens desta poderosa movimentação estão, como é sabido, entre outras razões, os constantes agravamentos dos preços dos factores de produção enquanto os preços dos produtos saídos da terra pouco sobem ou, quando isso acontece, normalmente nunca com-

pensam os novos encargos impostos aos agricultores. Por outro lado, a maior parte dos subsídios foram cortados e os que restam nunca são pagos a tempo e horas, havendo ainda prejuízos e as geadas, temporais e incêndios nas matas que não são indemnizados.

A juntar a este já de si insustentável quadro, existem ainda as altíssimas e incomportáveis taxas de juro do crédito de campanha ou de investimento que obrigam a que se invista cada vez menos na agricultura, levando ao envelhecimento do parque de máquinas e alfaias e a que se reduza substancialmente a utiliza-

ção de adubos, rações, sementes seleccionadas e outros produtos essenciais.

Estas as principais razões que levaram as 602 organizações filiadas na CNA existentes em todo o País, a convocarem os seus associados para descerem às ruas e praças de mais de trinta localidades do País para arguerem a sua voz exigindo ser ouvidos em todas as decisões que lhes digam directamente respeito, exigindo apoio para a agricultura e a resolução urgente para os seus problemas.

Entre as reclamações contam-se a negociação dos preços ao produtor para o ano de 1985 tendo como ponto de partida mínimo um aumento de 30 por cento; a garantia de escoamento por parte das entidades competentes de toda a produção; a garantia de que não haverá novos aumentos de encargos; a aplicação de um plano de emergência para defesa dos gados; a defesa da actual lei do arrendamento rural e da lei dos baldios; fácil acesso ao crédito agrícola e taxas de juro

baixas; investimentos e subsídios que promovam e incentivem o aumento da produção agrícola.

Entretanto, no calendário de acções previstas para esta semana de luta e protesto foram já realizadas iniciativas, (entre deslocações a Governos Cívicos e Câmaras Municipais, concentrações, plenários e encontros), nas seguintes localidades: Ponte de Lima (de que falamos noutra local), Vila Verde, Braga, Barcelos, Porto, Guarda, Oliveirinha, Arouca, Viseu, Caldas da Rainha, Coruche, Albrantes, Torres Novas, Torres Vedras e Setúbal.

Para hoje estão previstas acções em Barcelos e Santarém e para os próximos dias haverá ainda movimentações em Coimbra, Vila Real, Viana do Castelo, Porto de Mós, Tomar e Lisboa (dia 23); Paredes (dia 24); Maceira de Cambra (dia 25); Vila Pouca de Aguiar, Miranda, Fundação, Pombal (dia 26); e em Faro, Loulé, Vila Real de St.º António, Lagos, Portimão e Silves (nos dias 24 e 25).

# Rendeiros aprovam reclamações

## • Encontro no Porto elege nova direcção do MARN

Cerca de três centenas e meia de agricultores rendeiros participaram no último domingo, dia 18, na Faculdade de Economia do Porto, num Encontro promovido pelo Movimento de Agricultores e Rendeiros do Norte (MARN), no decorrer do qual foi analisada a situação da lavoura portuguesa, tendo no final sido aprovado um conjunto de reclamações e eleita a nova direcção daquele Movimento.

Os participantes no Encontro concluíram que os rendeiros continuam a trabalhar a terra em condições inaceitáveis, sem garantia de estabilidade da exploração, sujeitos a rendas demasiado pesadas e muitas vezes ilegais, constantemente ameaçados por tentativas de despejo, numa grande parte dos casos forçados a trabalhar em parceria.

Os agricultores rendeiros sofrem duplamente a situação dramática em que se encontra a lavoura portuguesa já que têm de pagar mais caro tudo o que compram, não conseguin-

do escoar os seus produtos a preços que compensem os novos encargos com os factores de produção.

A falta de crédito em condições apropriadas às suas necessidades e a consequente impossibilidade de investir nas suas explorações, foi outra das preocupações manifestada por muitos agricultores presentes neste grande Encontro.

A anunciada proposta de revisão da lei do arrendamento rural, foi também discutida e os rendeiros mostraram a sua apreensão pelo facto de as autoridades se recusarem a dar a conhecer ao MARN o conteúdo integral do projecto e se recusarem a conceder audiências e entrevistas, repelidas vezes solicitadas pelo MARN.

«Os rendeiros não podem esquecer que quem agora quer rever a lei do arrendamento rural são exactamente os autores da lei dos senhorios ricos, a lei 76/77, que tanta desgraça e instabilidade trouxe a milhares de rendeiros e suas famílias» — pode ler-se nas conclusões do Encontro.

Os participantes no Encontro de rendeiros afirmaram publicamente que «tudo fará para defender os seus interesses e direitos, para alcançar maior estabilidade e segurança no cultivo da terra, com a certeza de que assim aumentarão a produção agrícola, ajudando o país, que importa 60 por cento do que come, a sair da crise».

Entretanto, algumas reclamações fundamentais foram sublinhadas pelo encontro, a saber: redução a escrito de todos os contratos de arrendamento rural; alargamento para 18 anos do prazo do contrato; rendas fixadas em dinheiro, podendo ser pagas em géneros sempre que o rendeiro quiser; fixação, de dois em dois anos, até 31 de Janeiro, da tabela dos valores das rendas máximas; fim da parceria agrícola; arrendamento compulsivo das terras a monte ou sub-aproveitadas; crédito agrícola fácil, rápido e com taxas de juro acessíveis; entrada imediata em funcionamento das comissões concelhias de arrendamento rural e medidas de apoio a jovens rendeiros.

Sentindo os problemas que são comuns a todos os pequenos e médios agricultores, até de forma mais gravosa, os agricultores rendeiros reclamaram ainda um plano de emergência para a defesa dos gados, a reabertura das feiras de gado, o pagamento imediato da indemnização devida por abate sanitário; abertura de uma linha de crédito altamente beneficiado para a reposição do efectivo pecuário; garantia de que não serão decretados novos aumentos de preços de encargos; garantia de escoamento de toda a produção a preços compensadores.

Foram ainda aprovadas por aclamação duas moções, uma rapidamente lida e qualquer alteração que pretendam fazer da actual lei de arrendamento rural sem que sejam previamente ouvidos, e outra de adesão à iniciativa da Aliança das Ligas Agrícolas do Norte que convocou para o próximo dia 24, em Paredes, uma concentração de agricultores para reclamar a reabertura das feiras de gado.

# Protesto em Ponte de Lima

## Mais de 1500 agricultores contra medidas lesivas do sector

Inserida nas acções em curso da Semana de Reclamação e Protesto da Lavoura, mais de 1500 agricultores concentraram-se em Ponte de Lima, junto à Câmara Municipal, a fim de exigir das entidades responsáveis, designadamente do Ministério da Agricultura e da Junta Nacional dos Produtos Pecuários (JNPP), a cessação das medidas que estes organismos têm vindo a tomar, consideradas altamente lesivas dos interesses da lavoura na região.

A iniciativa desta manifestação partiu da Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga (ADADB) e da delegação de Viana do

Castelo da Aliança das Ligas dos Agricultores do Norte, estruturas que estão vivamente preocupadas com a ausência de medidas no combate às doenças do gado na região, designadamente a peste suína africana e a brucelose, e ainda com o encerramento das feiras de gado e os brutais aumentos dos factores de produção.

Recorda-se que o concelho de Ponte de Lima é o mais importante do distrito de Viana, contando o seu efectivo pecuário com cerca de 20 mil bovinos e 12 mil caprinos e ovinos, nunca tendo sido encerrada a sua feira de gado pelos serviços sanitários do MAFA, a pretexto da peripneumonia, tal

como aconteceu em muitas outras regiões.

No entanto a JNPP — que já por três vezes havia tentado sem êxito encerrar o matadouro da vila — vem agora desferir nova ofensiva contra os agricultores do concelho, conseguindo de uma forma considerada habilidosa que esta unidade de abate esteja na prática paralísada, embora oficialmente não encerrada.

Acontece que tal como tem acontecido noutros concelhos do Norte, a JNPP em estreita convivência com alguns grandes industriais de carnes que visam monopolizar o sector, conseguiu enganar os talhantes de Ponte de Lima prometendo a

distribuição gratuita da carne nos seus carros a troca da assinatura de um documento em que declaram preferir que o abate se faça no matadouro de Viana do Castelo.

Ora acontece que o referido matadouro de Viana também não tem as condições higiénico-sanitárias que levaram a JNPP a insistir no encerramento do de Ponte de Lima, no qual aquele organismo nunca investiu um centavo desde 1975, muito embora lá tenha ido buscar 30 mil contos de lucros (o matadouro rendia actualmente em taxas de abate cerca de 600 contos por mês).

Claro está que no meio disto tudo, como sublinha um comunicado da ADADB emitido a propósito, quem sai mais prejudicado acabam por ser os agricultores dado que, com o encerramento do matadouro concelho, são obrigados a pagar o transporte de gado para o concelho onde se efectue o abate.

# Governo retoma ofensiva contra a Reforma Agrária

- Repúdio no Alentejo pelas ilegalidades
- 1400 trabalhadores concentram-se em Montemor-o-Novo

Em pleno período de sementeiras, quando as UCP's/Cooperativas agrícolas já têm adquirido as sementes e adubos, muitas searas estão semeadas e a azeiteira está pronta a ser colhida, eis aí, de novo, o Governo liderado por Mário Soares a retomar a ofensiva contra a Reforma Agrária, numa acção deliberadamente premeditada tendente a entregar aos agrários, no momento das reservas, mais alguns milhares de contos já investidos nas terras.

Numa actuação de «tipo terrorista» (assim a classifica o Secretariado das UCP's/Cooperativas do distrito de Évora) o Governo procurou entregar neste distrito duas reservas, servindo-se para o efeito de brigadas do Ministério da Agricultura e de contingentes da GNR que, sem qualquer notificação ou aviso prévio, invadiram as UCP's S. Brás do Re-

gedouro, no concelho de Évora e «Gregos», no concelho de Portel.

Em qualquer dos casos as ilegalidades são flagrantes. Na primeira Cooperativa o MAP já havia entregue em 20 de Julho de 1981 uma reserva de 700 hectares e 109 344 pontos aos dois herdeiros do latifundiário Ana Maria Holstein Beck. No caso da UCP dos Gregos a entrega a Maria Elvira de Amaral Lopes de Albuquerque D'Orey de 130,8 hectares é igualmente ilegal já que esta senhora é herdeira de uma outra reserva atribuída a seus pais em 4 de Maio de 1978.

Os distritos de Beja e Portalegre também foram palco, nos últimos dias, das investidas do Governo que entregou neste último, com o apoio da GNR, duas reservas na UCP «Unidade de Trabalhadores» de Campo Maior, outra na UCP «25 de Abril», de Souzel, e

outra, ainda na Cooperativa «Trabalho para Todos», de Arronches.

No entender dos trabalhadores agrícolas estas acções do Governo, seis anos depois de terem terminado os prazos legalmente estabelecidos para os agrários pedirem reservas e os respectivos processos estarem concluídos, só são possíveis de entender à luz de uma política cegamente apostada na destruição total da Reforma Agrária, uma política «criminal e desprezível» a que urge pôr imediato termo.

**Concentração em Montemor**

Entretanto, cerca de 1400 trabalhadores agrícolas exigiram na passada segunda-feira em Montemor-o-Novo o fim dos ataques do Governo às unidades de produção, ofensi-

va que tem provocado enormes prejuízos à produção, impedindo o normal andamento das sementeiras em curso e provocado o desemprego.

Reunidos em plenário no Teatro Curvo Semeado situado naquela vila, os trabalhadores reafirmaram a sua disposição de continuar a luta até que os ataques «destrutivos parem», seja reposta a legalidade democrática e as terras e bens roubados às UCP's/Cooperativas lhes sejam devolvidos.

O novo ministro da Agricultura, Álvaro Barreto, é considerado pelos trabalhadores como «um homem do tempo do fascismo», cuja acção empreendida na última semana, ao lançar novos ataques e roubos com contingentes de GNR's e funcionários do MAP, atesta bem das suas intenções bem como do Governo colocando-o como «um inimigo feroz dos trabalhadores e do 25 de Abril».

# Trabalhadores

# Manifestação no Porto O Governo está com um pé na rua e não tarda estará com os dois

Um dia depois de em Famões (Odivelas) o primeiro-ministro perder a cabeça, manifestando em público e sem ser ofendido uma falta de educação básica e uma descortesia a toda a prova para com representantes eleitos pelo sufrágio popular, muitos milhares de pessoas manifestavam nas ruas do Porto (dia 17) aquilo que falta ao primeiro-ministro e ao seu Governo: a compreensão profunda do verdadeiro sentido do civismo e das aspirações possíveis de concretizar num regime democrático como o nosso, exigindo com provas na mão a demissão de um Governo que faz e pretende continuar a fazer cotada de um País inteiro para caçar salários, emprego, liberdades, garantias e direitos constitucionais que os trabalhadores têm provado não estarem tão desprotegidos como Mário Soares gostaria de dar a entender. Este Governo está com um pé na rua e não tarda a estar com os dois, foi reafirmado no Porto... E com razão.

Trabalhadores e muito povo concentraram-se no sábado no princípio da tarde junto da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no Campo 24 de Agosto e na Igreja da Cedofeita, desfilando até à Praça da Liberdade onde chegaram quase simultaneamente sendo já aguardadas por muitos outros trabalhadores. Promovida pela União dos Sindicatos do Porto, a jornada de luta foi apoiada por 50 sindicatos do distrito, por centenas de comissões de trabalhadores e sindicais, por dezenas de organizações e outras estruturas de jovens, trabalhadores-estudantes, reformados, deficientes, mulheres, associações unitárias democráticas e populares, recreativas e culturais.

Culminava assim uma semana de luta nas empresas com salários em atraso, com a repressão instalada em vez do diálogo e da tão apregoada «concertação», dos trabalhadores do sector empresarial do Estado, da Função Pública, pela negociação dos salários, contra o aumento do custo de vida, contra a instabilidade programada nas relações de trabalho e na vida das empresas que este Governo pretende levar à ruína em proveito do grande capital financeiro.

Entretanto, o I Congresso da Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos exigiu por sua vez, em Lisboa, a demissão do Governo de ruína nacional.

A Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública marcava uma jornada de luta para 28 do corrente, apoiada pelos professores e pelos outros sindicatos que integram a Frente.

Em Setúbal, era marcada para dia 29 deste mês uma jornada de luta a nível distrital.

Inviáveis (?) 17 empresas do SEE Vinha a público entretanto que o Governo considera inviáveis 17 empresas do SEE, entre elas a Setenave e... a Siderurgia Nacional. A Comissão Executiva do Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal realma que «estas duas empresas são mais do que viáveis — são imprescindíveis à economia portuguesa».

Num comunicado em 8 pontos datado de quarta-feira da semana passada, a Federação lembra que «... inviável é o Governo». Acusando-o de bloquear o Plano Siderúrgico Nacional e de asfixiar financeiramente a empresa, a FMMMP recorda que o Governo «encaxotou» 47 milhões de contos de terraplanagens no Seixal. Desses 47 milhões, «só de juro» (exorbitantes) pagam-se 6 milhões de contos por ano».

Quanto à Setenave, a Federação salienta que a empresa «não só tem trabalho como é indispensável para a reconversão da velha e depauperada frota nacional». A Setenave, acrescenta, «apenas necessita de duas coisas — uma boa gestão e um Governo que promova o desenvolvimento da economia nacional».

Num plenário público, dia 14

do Rossio milhares de trabalhadores da indústria de construção e reparação naval, depois de um desfile em Lisboa, entregavam, por sua vez, no Ministério da Indústria e Energia uma resolução aprovada por unanimidade, exigindo o pagamento dos salários em atraso e a reestruturação do sector, o que só consideramos possível com nova política e outro Governo, como foi reafirmado em várias intervenções durante a concentração.

**Caso típico de discriminação**

Na Standard Eléctrica, empresa de material eléctrico e electrónico de Cascais, 34 mulheres trabalhadoras acabam de ver reconhecido, e confirmado por sentença judicial, o direito a salário igual para trabalho igual. A SE tem 50 por cento de pessoal feminino num total de 2417 trabalhadores. Segundo a CGTP-IN, as mulheres são «escandalosamente discriminadas». Recebem menos que os homens e não têm acesso à formação profissional. Uma dirigente do Conselho Nacional da Inter, Odete Filipe, que passou recentemente um dia na empresa, considerou-a «um exemplo típico da discriminação» do trabalho feminino. Apesar da protecção que expressamente lhe é outorgada pela Constituição e por outras disposições legais, a mulher trabalhadora na Standard Eléctrica é submetida a «rítmos de trabalho excessivos» (citado o caso das que «são obrigadas a permanecer durante as oito horas de trabalho com os braços

enfiados em borrachas numa máquina com material quente») vêem faltas legais (por maternidade e doença nomeadamente), descontadas no prémio de anualidade, e são submetidas a métodos de repressão — «o encarregado de uma das secções da empresa» escreve «num painel o nome de cada trabalhadora e o valor da respectiva produção, com o objectivo de a envergonhar, discriminar e isolar perante as suas companheiras de trabalho» — refere a CGTP-IN.

**Lutas no Minho**

Saganhal, Sarotos, Fumbral e Ramoa são algumas das empresas onde ultimamente se tem desenvolvido a luta no Norte. As três últimas pertencem ao sector metalúrgico do distrito de Braga e a primeira é uma empresa têxtil de Pevidém. Salários em atraso, tentativa de despedimento colectivo (113 trabalhadores da Saganhal) e recusa de informações sobre a situação das empresas obrigaram à adopção de várias formas de luta, desde o princípio do mês. Na Saganhal, a unidade e a determinação dos trabalhadores conseguiu evitar o despedimento colectivo. Mas antes houve uma agressão da GNR. Durante a concentração do dia 8 em frente aos escritórios da firma, uma força comandada por um segundo-sargento fez vários feridos, quatro dos quais receberam tratamento hospitalar — entre eles duas mulheres, com mais de 50 anos, e um delegado sindical.

# PCP

## Uma festa diferente em Coimbra

Já tínhamos dito que ia haver uma festa diferente em Coimbra. Já se realizou e correspondeu ao que tínhamos previsto: foi mesmo uma festa diferente.

Foram dez horas de espectáculo consecutivo, desde o jazz ao fado de Coimbra, passando pelo teatro ou pela poesia, terminando na música popular portuguesa. Foram dez horas em que o espectáculo fora do palco também foi muito belo e intenso, uma vez que lá se juntaram todos quantos nasceram, vivem, ou passaram por Coimbra.

Para acompanhar tudo isto, não faltaram os mais diversos petiscos, regados com um bom vinho novo e as castanhas para acalantar.

Durante a festa entreviu o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do PCP.

## Assembleia do PCP no Minho

Iniciou-se no passado dia 15 a discussão do projecto do relatório/resolução política da 1.ª Assembleia da Organização Regional do Minho do PCP, marcada para 8 e 9 de Dezembro. Três camaradas da DORM, António Lopes, membro suplente da Comissão Política do Partido e responsável desta Direcção Regional, Henrique Sousa, membro do CC, e Alzira Leite, participaram recentemente numa conferência de imprensa realizada em Braga, onde foram revelados alguns aspectos mais significativos da importante Assembleia em preparação. E já que se fala da actividade preparatória é de salientar que estão previstos cerca de 100 reuniões e plenários para debate do documento e eleição dos 500 delegados da organização (distritos de Braga e Viana), representando os mais de 9 mil militantes da ORM do PCP.

## Banca de Natal no Vitoria

Artesanato, gravuras, mantas regionais, tapetes e passadeiras, vestuário diverso, malhas e atalhoas, artigos de desporto, bicicletas e até mobílias são alguns dos muitos artigos que o amigo leitor poderá encontrar na grande Banca de Natal do Vitoria, aberta desde o passado dia 15, e funcionando das 10 às 21 e 30, excepto aos domingos que abre às 13 horas e fecha às 20 horas. É uma iniciativa que naturalmente se integra na campanha em curso para a aquisição do Centro. Campanha que, segundo o apuramento do passado dia 16, ultrapassou já os 25 mil contos.

## Assembleia da Célula do Arsenal

«Alargar e reforçar a organização, defender as liberdades conquistadas com Abril» este é lema da 4.ª Assembleia da Célula dos trabalhadores comunistas do Arsenal do Alfeite, que decorrerá no próximo sábado, dia 24, no salão de festas da «Incrível Almadaense». O camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, intervirá na sessão pública de encerramento prevista para as 17 e 30 horas. Vão participar na Assembleia mais de uma centena de delegados.

# Poder local

## Depois de amanhã, em Lisboa Encontro de quadros do PCP sobre Poder Local e Cultura

É já no próximo sábado, dia 24 de Novembro, o Encontro de Quadros sobre o Poder Local e a Cultura, Desporto e Juventude, promovido pelo PCP e a realizar na Faculdade de Letras de Lisboa. Estarão presentes várias centenas de quadros do PCP com intervenção no Poder Local, nas actividades culturais e desportivas e no movimento da juventude, e numerosos convidados com experiência num ou vários daqueles domínios. A realização é aberta ao público, inicia-se às 10,00 e deve terminar cerca das 19,00 com uma intervenção do camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Este Encontro visa debater a experiência do trabalho nas Autarquias no âmbito da animação cultural e desportiva e da juventude, e as linhas de orientação para o seu desenvolvimento. No documento preparatório, fruto do trabalho de três comissões formadas e activas há meses e largamente integradas por membros da JCP, destaca-se que os eleitos comunistas,

reforçando o trabalho nas autarquias em torno da cultura, património, desporto, «estarão a contribuir para transformar a cultura e o desporto em direitos do povo, para preservar e valorizar o nosso património cultural e natural, para garantir que o necessário desenvolvimento seja compatibilizado com a manutenção da identidade das nossas cidades, vilas e aldeias, para a ocupação sadia dos tempos livres dos jovens e das populações e a sua completa e harmónica formação».

O Encontro funcionará com um plenário de abertura e outro de encerramento, e, entre um e outro, em três secções, dedicadas à Cultura, ao Património e à Cultura Física e Desporto. Como já dissemos, está prevista a participação no Encontro de várias centenas de quadros do PCP (em especial jovens), 177 dos quais manifestaram já a intenção de apresentar comunicações.

Às 17,00 realizar-se-á um encontro com a Comunicação Social.

Internacional

# Assembleia da OEA

## O isolamento dos EUA

O isolamento dos Estados Unidos e a disposição de conjugar esforços para conseguir pôr em prática os planos de paz para a América Central desenvolvidos pelo Grupo de Contadora, constituíram os pontos mais relevantes da 14.ª assembleia da Organização dos Estados Americanos (OEA) que no passado sábado terminou em Brasília.

As modificações de posicionamento político que se têm vindo a registar no seio do OEA, designadamente no que se refere a um certo afastamento dos ditames norte-americanos, desde que os EUA «traíram» os seus aliados latino-americanos para apoiar a Grã-Bretanha na guerra das Malvinas, vieram à tona na capital brasileira tanto no que respeita aos temas em debate como às resoluções aprovadas.

do Grupo Contadora (integrado pelo México, Colômbia, Venezuela e Panamá). A questão em aberto continua a ser a assinatura da Acta de Paz de Contadora que implica, entre outras coisas, a retirada das forças militares estrangeiras da América Central, bem como a resolução pelo diálogo dos conflitos existentes.

plorar os eventuais obstáculos levantados por Manágua. Ao sair-lhes o tiro pela culatra, os EUA não tiveram alternativa a não ser mostrar a verdadeira posição que defendem. Ou seja, que não estão interessados no plano de paz.

no âmbito do debate sobre a dívida externa latino-americana, que ultrapassa os 350 mil milhões de dólares.



Nem tudo corre a mando de Washington como dantes...

com os Estados em desenvolvimento.

como já foi denunciado, a Grã-Bretanha, país membro da NATO, está a instalar uma base nuclear.

### América Latina

## Sinais de mudança

São de mudança os ventos que sopram na América Latina. Um pouco por todo o lado, obedecendo a ritmos próprios, surgem as características específicas de cada país, as correlações de forças existentes e através dos múltiplos caminhos que as organizações de massas encontram para a defesa dos interesses nacionais e populares, ganha corpo a convicção de que não estão longe os dias em que os povos latino-americanos começarão uma nova página da sua história.

O que à primeira vista pode parecer um contra-senso, tendo em conta o avolumar dos perigos e mesmo a iminência de aventuras bélicas norte-americanas, em particular na América Central, revela-se numa análise mais atenta e global (considerando todo o subcontinente) como quase inevitável.

vadorenhas na região oriental do país, retirando-se de seguida para as bases que possuem na região.

A posição agressiva dos EUA em relação à Nicarágua não é hoje idêntica à que se registava no princípio do mês. Não se pretende, longe disso, que estejam debelados os perigos de uma invasão; como afirmou em Bonn o especialista do Instituto de Estudos Políticos em Washington, Saul Landau, o repetido desenrolar de manobras norte-americanas nas Honduras e em El Salvador ilustra a pressão sobre a Nicarágua, acusada de querer romper o equilíbrio de forças na América Central.

A conjuntura existente em muitos outros países da América Latina, como a assembleia da OEA veio demonstrar, não

## Luta pela Paz em Portugal

# Uma batalha quotidiana

Um vasto e diversificado movimento pela Paz, contra a corrida aos armamentos, em particular contra as armas nucleares, tem vindo a desenvolver-se no nosso país, com algumas expressões particularmente importantes nestas últimas semanas. Um desenvolvimento que se processa à margem dos noticiários e da informação diária, como se de tema menor se tratasse. Sem a publicidade que acompanha as graves declarações de Mota Pinto, quando textualmente afirma o apoio do governo à instalação dos europeus e adianta ainda que em matéria de armamento nuclear Portugal «dá uma importante contribuição à NATO concedendo facilidades de grande e variado valor». Mas que traduz, sem dúvida, uma crescente consciência popular, também no nosso país, do carácter decisivo do que neste momento está em causa quanto ao futuro da Humanidade. E, o que não é menos importante, de como tudo se interliga — e a luta pela paz muito tem a ver com a batalha quotidiana contra a degradação das condições de vida, contra as várias expressões da actual política do governo português.

### Desnuclearização da Península Ibérica

A realização em Lisboa, dias 10 e 11, da Conferência Luso-

-Espanhola por uma Península Ibérica Livre de Armas Nucleares marca um passo importante na luta pela paz dos dois povos. Pela conjugação de esforços que assim se inicia, dando-lhes uma outra dimensão. Pela inserção da Península no vasto movimento internacional pela criação de zonas desnuclearizadas.

nham. De Portugal destaca-se o que é precentizado pela própria Constituição, que claramente aponta para o desarmamento e ainda a ratificação do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. E de Espanha a aprovação de moções proibindo armamento, trânsito e instalação de armas nucleares, pelo Congresso de Deputados e o Senado, e os Parlamentos da Catalunha e das Canárias.

### Cientistas pela Paz reunidos em Lisboa

A 14 e 15 deste mês reuniu em Lisboa, a convite da Organização dos Trabalhadores Científicos (OTC), o Comité Permanente para o Desarmamento da Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos (FMTC). Como temas centrais do debate, os perigos da militarização do espaço cósmico e do desenvolvimento de novas armas biológicas e ainda, as consequências socio-económicas da corrida aos armamentos, «que, a manter-se o impeto actual, terá efeitos ainda mais graves na economia das nações desenvolvidas, seja qual for a sua dimensão ou a sua orientação política».

Referindo apenas algumas destas acções e posições: o III Encontro Distrital de Setúbal dos partidários da Paz, reunião de balanço e de elaboração de trabalho em que também foi tomada posição de apoio à Conferência Luso-Espanhola; o Encontro das Operárias Agrícolas realizado em Beja, em cujas conclusões textualmente se afirma que o que se precisa «é de pão, de trabalho e de paz, e não de guerra» e se denuncia a ameaça que constitui a projectada instalação da estação de rastreio em Almodôvar; o debate na Casa do Aflentejo, organizado pela Comissão de Paz de Lisboa, e inserido na Campanha pelo Desarmamento da ONU; o 1.º Congresso da Federação de Sindicatos da Construção Civil, Madeiras e Mármore que, em caderno reivindicativo coloca ao lado do repúdio do «pacto laboral» a defesa da paz contra o armamento; o apelo de emigrantes à desnuclearização da Península; a chamada de atenção do seminário do MDM em Almada para «aspectos preocupantes do recrudescimento do fascismo, neofascismo e militarismo na sociedade portuguesa; a denúncia, no 5.º aniversário da JCP, do apoio governamental à política de «ingerência, terrorismo e agressão» dos EUA. E muito mais — que sem dúvida será imperdoável ignorar, mas que não cabe no âmbito deste reduzido rol, em que simplesmente se pretende destacar que a luta pela paz, também em Portugal, está a assumir uma dimensão de batalha quotidiana.



A subserviência do Governo PS/PSD aos EUA é uma ameaça para a paz em Portugal

# «Guerra psicológica» mas não só...

Diariamente as imagens da fome em África nos entram por casa através do pequeno écran. Para falar de solidariedade? Para salientar a necessidade imperiosa de resolver problemas tão prementes, só soluções, em termos globais, com o fim da escalada armamentista promovida pelo Pentágono e a NATO? Para denunciar as terríveis sequelas do colonialismo e os efeitos da permanência de uma ordem económica internacional neocolonial, destinada a encher os bolsos das multinacionais?

ternacional esfrega as mãos. Utiliza chocantes imagens de fome como arma contra o povo que a sofre, como instrumento da sua propaganda, da «guerra psicológica». E não só «psicológica», como veremos.

ração) do país ou de agitação social (é crescente a mobilização popular pela concretização de linhas traçadas em comum com o PPOP), acusa-se o Estado polaco de pelo menos facilitar a prática de terrorismo. E aproveita-se a excelente ocasião para promover um «Solidariedade», reduzido de forma crescente à sua expressão de pequeno grupo provocatório. «Guerra psicológica», uma vez mais. Na verdade, «guerra psicológica» quotidiana.

Mas também os factos recentes ocorridos na Polónia estão longe de aparecer como ocasional acção de assassínio por parte de um grupo, agindo por conta própria (com que objectivos?).

Referindo-se ao assassinato do padre Popielusko, o ministro polaco do Interior afirmou tratar-se de «uma provocação política evidente, sobretudo criou o pretexto adequado à reacção de polifléquios e inimigos internos do socialismo». É difícil não concordar com esta afirmação se nos colocarmos a pergunta elementar: a quem interessou o assassínio? As afirmações oficiais proferidas em diversos países capitalistas no fundo comprovam também o carácter de provocação anti-socialista que o assassínio assume. E aqui valerá a pena destacar a declaração do primeiro-ministro italiano Bruno Craxi que liga o crime praticado à política interna da Polónia! Não longe se chegou no cinismo e despudor, quando a Itália é conhecida como um país em que a prática do terrorismo é coisa corrente e banalizada — ali sim, por isso tem contado com os necessários apoios e interesses ao nível do Poder.



de modo algum favorável aos planos hegemónicos da administração Reagan.

No Brasil, onde as possibilidades de golpe militar têm estado ligadas ao desenrolar da disputa de votos no Colégio Eleitoral para a escolha do novo presidente, um alto responsável da Força Aérea (sector decisivo a nível das Forças Armadas) veio a público considerar inevitável a eleição de Tancredo Neves, candidato da oposição no âmbito de uma proposta de mudança de regime.

Mudança táctica de Arturo Cruz face aos resultados eleitorais que provaram sem equívocos a profunda implantação popular da Frente Sandinista e dos ideais da revolução?

No Uruguai, submetido durante dez anos a uma ditadura militar, as forças democráticas e populares preparam-se para no próximo domingo votar o regresso à democracia. Duas sondagens divulgadas no passado sábado em Montevideo — onde reside mais de metade da população — revelam que a maioria dos eleitores da capital se prepara para votar na Frente Ampla, coligação de esquerda em que participam os comunistas. A nível nacional, as sondagens apontam como vencedor o Partido Colorado, que nos últimos tempos tem vindo a debater com a Frente Ampla os principais problemas nacionais, na procura de um entendimento indispensável para o restabelecimento da democracia.

É verdade que a tensão se tem vindo a agudizar na América Central com a presença de 25 barcos de guerra norte-americanos em águas centrais-americanas, os exercícios militares conjuntos com as tropas hondurenses próximo da fronteira nicaraguense e a violação do espaço aéreo da Nicarágua por aviões espiões dos EUA. Mas não é menos verdade que os encontros «secretos e directos» entre representantes norte-americanos e nicaraguenses no México, como o da passada terça-feira, são considerados como cada vez mais importantes e susceptíveis de conduzir a resultados concretos. A proposta de Daniel Ortega, presidente da Nicarágua, de um encontro com Reagan, não pode certamente ser desligada de todo este processo.

Também em El Salvador a situação poderá estar em vias de uma alteração qualitativa. Um comunicado distribuído a semana passada pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e pela Frente Democrática Revolucionária (FDR), bem como declarações de Santiago Lopez, membro da Comissão Política do Partido Comunista de El Salvador (PCS) e da Direcção Revolucionária Unificada (DRU) da FMLN, alertam para a eventualidade dos EUA levarem a cabo, com o beneplácito do governo salvadoreño, um ataque aéreo de grande envergadura contra as forças patrióticas sal-

**VENDA!**  
Proletários de todos os países: UNI-VOS!  
**O Militante**  
BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
**1983**  
EDIÇÃO ENCADERNADA  
P.V.P.: 500\$00  
Pedidos a:  
**CDL - Central Distribuidora Livreira, SARL**  
Av. Santos Dumont, 57, 2.º 1000 LISBOA